

Diário de Notícias

www.dn.pt / Quarta-feira 3.7.2024 / Diário / Ano 160.º / N.º 56 685 / €1,50 / Direção interina Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos)

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA PODE VIR A SER “AGÊNCIA”

GOVERNO EM CONTRARRELÓGIO PARA ESCOLHER NOVO DIRIGENTE

NOMEAÇÃO Nas próximas duas semanas, o secretário-geral do Sistema de Segurança Interna será substituído. No dia 16 o embaixador Paulo Vizeu Pinheiro terá de se apresentar no novo cargo, como chefe da representação portuguesa na NATO. O facto de o Governo não ter renovado a comissão de serviço do diretor nacional da PJ, que caducou no passado dia 19, está a alimentar a tese de que Luís Neves pode substituir o diplomata.

PÁGS. 4-5



Automóvel
De Mangualde
saíram os primeiros
carros elétricos
made in Portugal

PÁG. 14

OPINIÃO DE
JAN ZIELONKA
GEORGE ORWELL
E O NOVO NORMAL
DA EUROPA

PÁG. 19



Valorização

Sindicatos das forças
de segurança acusam
Montenegro de travar diálogo

PÁG. 6

Alexis Goosdeel

“Há promoções nas redes sociais
para a venda de droga”, diz o diretor
da agência da UE sobre Drogas

PÁGS. 10-11

SNS

Horas extras pagas por pacote
não agradam a médicos,
que já pensam em formas de luta

PÁG. 12



Diogo Costa, o menino que sonhava ser o melhor guarda-redes do Mundo | Roménia 0 - Holanda 3 | Áustria 1 - Turquia 2 PÁGS. 20-23



Até ver...

Amanda Lima

Editora-chefe do DN Brasil

DN Brasil: integração e Ivete Sangalo

Brasileiros e portugueses dançavam, cantavam e pulavam animados em Braga ao som da música *Pequena Eva*, da Ivete Sangalo, no arraial brasileiro promovido recentemente na cidade, às vésperas do São João. Poucas horas antes, a própria Ivete Sangalo cantava a mesma música para 60 mil pessoas no Rock in Rio Lisboa, onde todos igualmente cantaram do início ao fim. Ao voltar para o hotel, no arraial do município, ali mesmo ao lado, tocava música brasileira e a barraquinha tinha um letreiro bem grande “caipirinhas”.

No dia a seguir, domingo, foi a minha vez de cobrir o Rock in Rio Lisboa, em mais um cartaz com artistas do Brasil, principalmente jovens. Eu corria pelo parque pra cobrir o concerto do Ne-yo no Palco Mundo, quando escuto uma voz brasileira no Palco Tejo, o menor do festival – mas nem por isso menos repleto de público. Parei para analisar os fãs: adolescentes e jovens emocionados, a cantar e a gritar, com os telemóveis a filmar o artista que eu nunca tinha visto na vida. Importante dizer: da pronúncia que ouvi, muitos eram portugueses a assistir.

Com uma rápida busca descobri que o brasileiro no palco que levava os fãs ao rubro se chama Tiago Veiga. Com apenas 22 anos, é um dos artistas mais proeminentes da atualidade, com um álbum que conquistou o *Top-1* global do *Spotify*. Senti-me desatualizada (pra não dizer velha, mesmo com 31 anos) do panorama musical e mal por não conhecer um cantor de sucesso do meu país. Mas não vamos mais longe. Até poucos dias antes do festival, eu também não sabia que o DJ Pedro Sampaio era brasileiro. Neste caso o nome até engana, poderia bem ser português. A música *popoc*, um dos principais sucessos, eu conhecia: toca sempre nas aulas de zumba do meu ginásio, ministrada por uma professora portuguesa. A andar pelo Rock in Rio naquela noite, vi que muitas pessoas, especialmente jovens portuguesas, estavam no festival por causa do Pedro Sampaio.

Quando fui a roda gigante pisca-pisca, quatro adolescentes portuguesas da minha cabine perguntaram-me porque o Pedro Sampaio não estava no Palco Mundo. Eu respondi que não sabia, que até há pouco

“

Quatro adolescentes portuguesas da minha cabine perguntaram-me porque o Pedro Sampaio não estava no Palco Mundo. Eu respondi que não sabia, que até há pouco tempo nem sabia quem era. O olhar das miúdas foi de desapontamento.”

tempo nem sabia quem era. O olhar das miúdas foi de desapontamento. Todas estas situações, que envolvem o sentimento puro, genuíno e democrático que a música proporciona, reforçam que há muito mais coisas a nos unir do que a nos afastar. É algo que mentalizo todos os dias, em especial hoje, ao completarmos um mês de DN Brasil. Neste curto espaço de tempo, participamos de vários eventos, promovemos encontros, estivemos com os nossos leitores, noticiamos factos que fazem realmente a diferença na vida das pessoas, recebemos mensagens de brasileiros, portugueses e imigrantes de várias nacionalidades, ampliamos a voz de pessoas que contribuem em tornar Portugal um país melhor e mais rico a cada dia, juntos. “Me senti representada pela primeira vez”, disse-me uma brasileira que aqui mora há mais de 20 anos. Não há nada mais gratificante. Isto é DN, isto é DN Brasil, isto é jornalismo. Sempre com o foco de unir, de sermos porta-vozes da realidade, por mais complexa que seja. Há sempre aquilo que nos une, seja a Ivete Sangalo para os antigos e o Pedro Sampaio para os jovens.

OS NÚMEROS DO DIA

2,3

MIL MILHÕES DE DÓLARES

é o valor do novo pacote de ajuda à Ucrânia anunciado ontem pelo secretário da Defesa norte-americano, Lloyd Austin, que inclui defesa aérea e armas antitanque. “Não se enganem, a Ucrânia não está sozinha, e os Estados Unidos nunca hesitarão no seu apoio”, garantiu.

16

ENTIDADES

públicas estão envolvidas na Plataforma Única de Inspeção e Fiscalização da Agricultura, Mar e Ambiente (iFAMA), para reclamações e denúncias ambientais, que entrou em funcionamento anteontem, segunda-feira, segundo o Ministério do Ambiente e Energia.

54

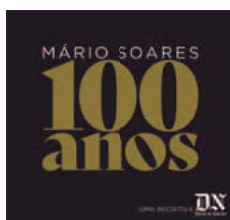
DETIDOS

por fraudes a mais de 80 idosos, segundo foi ontem anunciado pela PJ e autoridades espanholas. Ao todo, os suspeitos, apanhados na operação internacional da Europol, conseguiram causar um prejuízo às vítimas estimado em 2,5 milhões de euros.

3

ANOS E MEIO

é o tempo de espera médio para tratamentos de fertilidade no Serviço Nacional de Saúde, segundo revelou ontem o Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA), que alertou ainda para a falta de dadores.



Direção interina: Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs
Editores executivos Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Editor executivo adjunto** Artur Cassiano **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Câncio e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Amanda Lima, Ana Meireles, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida (coordenadora), Fernando Almeida, João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Bruno Contreiras Mateus (Diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (Diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Câncio e Sofia Fonseca **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ª – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de Fevereiro 2024: 6 084 exps.

**Roda de conversa sobre
o fim da Manifestação de interesse.**
Dia 3 de julho pelas 19h30,
na Fábrica Braço de Prata

ENTRADA GRATUITA



Em www.dnbrasil.dn.pt e em papel todas as primeiras
segundas-feiras de cada mês, junto com o seu
Diário de Notícias



Paulo Vizeu Pinheiro
na sede do Sistema
de Segurança Interna.

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA

RENOVAÇÃO

Sistema de Segurança Interna pode vir a ser “Agência”. Governo em contrarrelógio para escolher novo dirigente

NOMEAÇÃO Nas próximas duas semanas, o secretário-geral do Sistema de Segurança Interna será substituído. No dia 16 o embaixador Paulo Vizeu Pinheiro terá de se apresentar no novo cargo, como chefe da representação portuguesa na NATO. O facto de o Governo não ter renovado a comissão de serviço do diretor nacional da PJ, que caducou no passado dia 19, está a alimentar a tese de que Luís Neves pode substituir o diplomata.

TEXTO **VALENTINA MARCELINO**

O Sistema de Segurança Interna (SSI) empoderou-se. Tem quase 200 funcionários, centraliza o mais completo Sistema de Informações para a cooperação policial internacional e tem um “mini-SEF”, a Unidade de Coordenação de Fronteiras e Estrangeiros (UCFE), que articula o trabalho das forças de segurança nestas matérias e centraliza toda a informação relativa às entradas e saídas em território nacional.

Apesar de não haver qualquer referência ao SSI no Programa do Governo, a possibilidade de este se transformar numa “Agência de Segurança Nacional” (ANS), com autonomia financeira, tem vindo a ser ponderada e o anterior Executivo já tinha ouvido argumentos em defesa desta nova configuração, os quais, sabe o DN, foram reforçados à nova tutela pelo próprio secretário-geral desta estrutura, algo que gostaria de deixar como legado.

O embaixador Paulo Vizeu Pinheiro, que assumiu o cargo em julho de 2021, completa neste mês os três anos da sua comissão de serviço e já entrou em contagem decrescente para a sua saída. Segundo o decreto de nomeação publicado em *Diário da República*, no dia 16 terá de se apresentar no novo posto como Representante Permanente de Portugal junto do Tratado do

Atlântico Norte – DELNATO, em Bruxelas.

O diplomata tem apenas duas semanas para entregar as várias “pastas” que gere ao seu sucessor, mas ainda não é conhecida a decisão do primeiro-ministro, Luís Montenegro, que tutela diretamente o SSI, em relação a quem será o novo “superpolícia”. Nos corredores da segurança interna têm corrido alguns nomes – o do atual presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, Duarte da Costa, que escreveu no DN um artigo de opinião sobre o que pensa ser um conceito de segurança nacional; o do ex-diretor nacional da PSP, Luís Farinha, são alguns exemplos – mas nada se confirmou até agora e o Governo começa a estar em modo de contrarrelógio para encontrar um “herdeiro”.

Várias fontes do setor consultadas pelo DN confirmaram que o anterior primeiro-ministro, António Costa, tinha manifestado inicialmente a sua preferência pelo diretor nacional da Polícia Judiciária (PJ), Luís Neves, uma personalidade que atrai apoio da maior parte dos outros dirigentes das forças de segurança, serviços de informações e outras entidades que configuram o SSI (*ver organograma ao lado*).

O facto de o atual Governo não ter renovado a comissão de serviço a

Luís Neves, a qual caducou no passado dia 19 de junho, está a alimentar a tese de que este histórico da PJ pode ser forçado a substituir Vízeu Pinheiro.

Confrontada pelo DN sobre o significado deste impasse, fonte governamental que acompanha o processo respondeu um lacónico “isso é pura especulação do *Tal & Qual*”, referindo-se a um artigo deste tabloide a conjecturar que o Governo queria “tramar” o diretor da PJ, obrigando a sair da direção daquele corpo superior de polícia de investigação criminal.

Numa recente entrevista ao Observador, a ministra da Justiça, Rita Júdice, também não dissolveu o mistério: “Ainda não terminámos essa análise. Eu e o Sr. primeiro-ministro temos andado um pouco desencontrados. Encontramo-nos em reuniões de Conselho de Ministros, que não é o sítio certo para esses balanços. Estamos em diálogo e em breve será tomada uma decisão”, respondeu quando questionada sobre a continuidade de Luís Neves ao comando da PJ.

Na verdade, a Judiciária vive um momento inédito, comparando com outros organismos públicos, em que com a consolidação de recursos e com o maior número de sempre de inspetores (que só podem estar motivados e empenhados no seu trabalho, tendo em conta o aumento do seu Suplemento de Missão de 400 para 1026 euros), se esperam resultados sem precedentes no combate à criminalidade grave e complexa.

A PJ foi ainda a instituição a encontrar uma solução para um dos maiores problemas com a extinção do SEF, o destino profissional dos inspetores da polícia de fronteiras, integrando estes nos seus quadros.

Caderno de encargos. Desafios

Quem quer que seja o escolhido (ou escolhida) para comandar o SSI / ASN ficará com um “caderno de encargos” extenso e difícil, para cujo sucesso a dependência financeira da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros não ajuda. Um exemplo recente foi o processo de contratação de fornecimento de equipamentos para o novo sistema de controlo digital e biométrico de fronteiras – as designadas *Smart Borders*.

Conforme o DN tinha noticiado, com a extinção do Serviço de Estrangeiro e Fronteiras (SEF) o processo atrasou, Portugal perdeu o financiamento europeu e o anterior Governo, já em fim de ciclo, a 22 de fevereiro passado, aprovou uma resolução de Conselho de Ministros autorizando extraordinariamente despesa até ao máximo de 25 milhões de euros e processos expeditos de contratação.

Foi o ministro da Presidência, António Leitão Amaro, que, em declarações ao DN, assinalou que, devido ao atraso nesse processo – os testes

Unidades Operacionais

1. UCAT – Unidade de Coordenação Antiterrorismo
Coordenação e partilha de informações, no âmbito do combate ao terrorismo. Integrada pelo SIRP, PJ, PSP, GNR, SIS, SIED e Polícia Marítima.

2. Ponto Único para a Cooperação Policial Internacional
Centro operacional responsável pela coordenação da cooperação policial internacional, que assegura o encaminhamento dos pedidos de informação nacionais, a receção, o encaminhamento e a difusão nacional de informação proveniente das autoridades policiais estrangeiras, a transmissão de informação e a satisfação dos pedidos por estas formulados.

3. UCFE – Unidade de Coordenação de Fronteiras e Estrangeiros
Funciona como um ponto único aglutinador em matéria de coordenação de fronteiras e estrangeiros, quer no plano nacional quer internacional. A UCFE é a estrutura responsável pela coordenação da atuação das forças e serviços de segurança, entre si, e entre estes e o Instituto dos Registos e do Notariado e a AIMA. Entre outras competências, emite pareceres de segurança no âmbito de pedidos de concessão, renovação de documentos, reconhecimento de direitos e

atribuição e aquisição da nacionalidade a estrangeiros e de concessão de passaportes, com vista à apreciação de ameaças à segurança interna, ordem ou segurança públicas ou prevenção da imigração ilegal e da criminalidade conexa interna; gere as bases de dados e sistemas de informação em matéria de fronteiras e estrangeiros; centraliza informação relativa à entrada, permanência e saída de pessoas do território nacional, ao tráfico de seres humanos, ao auxílio à imigração ilegal e aos demais crimes relacionados com imigração irregular.

FONTE: SSI

às “fronteiras inteligentes” teriam de ser feitos em julho para que o novo sistema esteja operacional em outubro próximo, como definido pela Comissão Europeia. “Em 29 de abril passado”, explicou o SSI em comunicado, “num ponto de situação apresentado ao Ministro da Presidência atinente à contratação pública necessária para o efeito (note-se que o SSI ainda está dependente administrativa e financeiramente da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros) alertou para a necessidade de Portugal cumprir as metas temporais de entrada em funcionamento do novo sistema e acervo Schengen das *Smart Borders* (compostas pela sucessão SES-ETIAS) sob pena de correr o risco de ser suspenso de Schengen”.

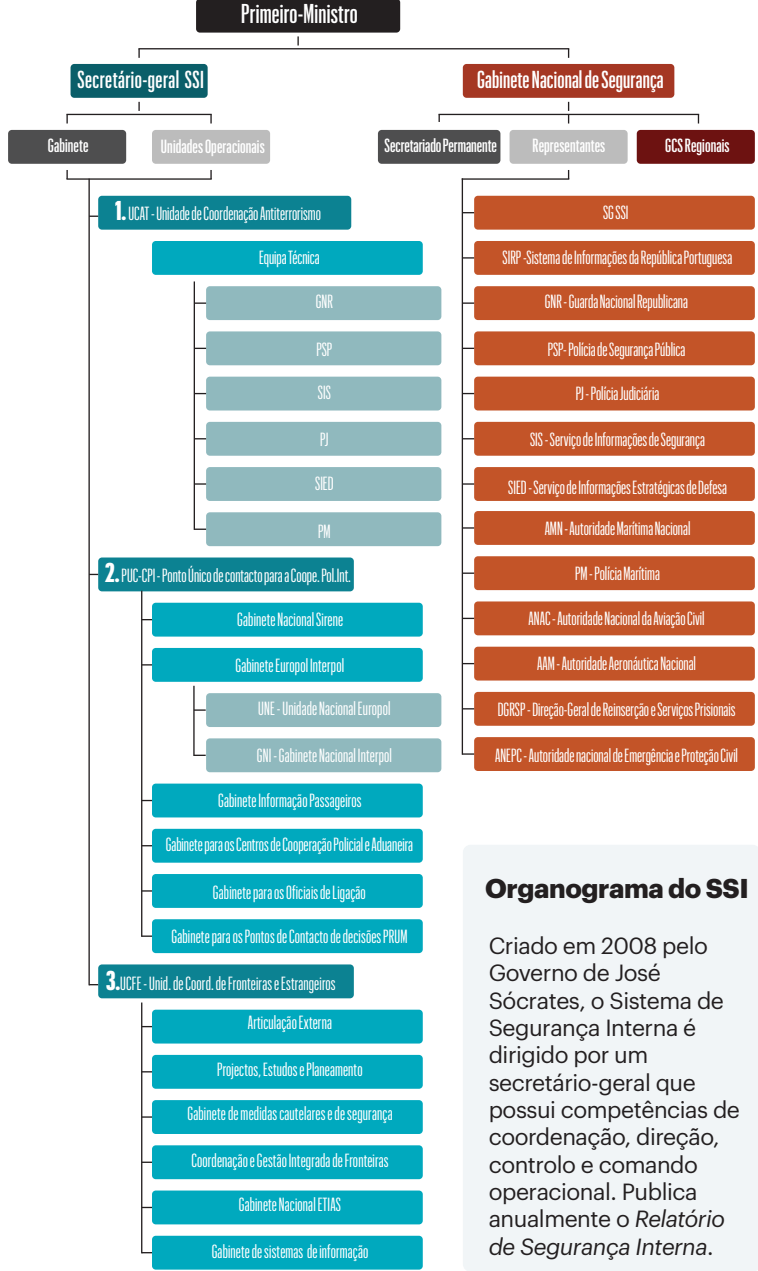
Apesar de alguma morosidade na efetivação dos contratos por parte da PCM, de acordo com o SSI “o pior cenário” já não está “em cima da mesa porque precisamente o SSI e o Governo” conseguiram “recuperar os atrasos verificados e cumprir o calendário estabelecido”. Um incumprimento dos “novos regulamentos, do novo acervo Schengen, colocaria Portugal numa potencial situação de suspensão do direito da

livre circulação de pessoas, obrigando à reposição de controlos internos, e impondo a necessidade dos demais Estados-membros que aplicam as regras e procedimentos das *Smart Borders* a proceder ao controlo de pessoas que circulariam de e para Portugal (art. 29º do Código de Fronteiras Schengen)”, sublinhou o SSI.

Nas fronteiras, o novo secretário-geral terá também de garantir que nada vai falhar quando, em outubro, 50% do efetivo dos ex-inspetores do SEF, atualmente da PJ, que ainda estão nos controlos fronteiriços aéreos e marítimos der lugar à PSP e à GNR (em outubro de 2025 será a totalidade).

Existe, neste momento, alguma preocupação com a capacidade e formação destas forças de segurança para assumirem todas as linhas de controlo, da verificação de passaportes às inquirições de estrangeiros suspeitos. O DN sabe que nos aeroportos, ainda há uma grande dependência da PJ, enquanto nos portos e terminais de cruzeiros a GNR tem descartado a especialização dos antigos profissionais do SEF.

Todo este novo sistema de controlo de fronteiras tem estado a ser



Organograma do SSI

Criado em 2008 pelo Governo de José Sócrates, o Sistema de Segurança Interna é dirigido por um secretário-geral que possui competências de coordenação, direção, controlo e comando operacional. Publica anualmente o *Relatório de Segurança Interna*.

inspecionado por peritos da Comissão Europeia na “Avaliação Schengen”. Com um orçamento de um milhão de euros, o anterior Governo criou uma inédita *Task Force* especial para preparar e acompanhar a visita da equipa, mas a avaliação, iniciada no início de 2023 coincidiu com o processo de extinção do SEF e, por acordo de ambas as partes, acabou por ser adiada. Demonstrar agora que o atual modelo de controlo de fronteiras, com as competências do SEF, dispersas por várias entidades, cumpre todas as exigências europeias é essencial para passar neste exame.

A UCFE, também começou a ultrapassar as dificuldades iniciais, principalmente a garantia de articulação na troca de informações com as forças de segurança nas fronteiras e com a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA). Desde há cerca de um mês passou a ser chefiada por um oficial da PSP, o superintendente Pedro Moura (antigo chefe de Gabinete do diretor nacional da PSP), mas ainda há muito para consolidar nesta Unidade que conta com cerca de 50 funcionários, grande parte ainda do ex-SEF.

Pelo menos, em uma das maté-

rias previstas nesta inspeção, a nota será, certamente, positiva: o Ponto Único de Contacto – Cooperação Policial Internacional que centraliza os diversos sistemas de informação policial, incluindo os Gabinetes da Europol e da Interpol (ver esquema ao lado). Depois de um arranque polémico, por causa da transferência destes dois Gabinetes da PJ para o SSI, estando em causa matéria de investigação criminal a ficarem sob uma tutela administrativa governamental, foi a diplomacia de Vízeu Pinheiro e de Luís Neves a salvar a face do país em relação ao PUC-CPI: ficou definido que seriam sempre chefiados por um inspetor da PJ. O que se concretizou.

O novo secretário-geral vai entrar em funções em pleno “verão IATA”, o período em que os aeroportos têm maior fluxo de passageiros. Com problemas nos sistemas informáticos no controlo da segurança das fronteiras, que têm sido reportados, e com a realização dos testes para as “*smart borders*”, será um desafio para o futuro dirigente deste cargo que exige *low-profile*, conhecimento das matérias, empatia e respeito dos e pelos parceiros das outras forças.



Luís Montenegro justificou a falta de margem para negociar carreiras da PSP e GNR com a pressão orçamental.

Sindicatos das forças de segurança acusam Montenegro de travar diálogo

VALORIZAÇÃO A pedido do Chega, o Parlamento debate amanhã as carreiras da PSP e da GNR. Primeiro-ministro garante que “o Governo não vai colocar nem mais um cêntimo na proposta”.

TEXTO **VÍTOR MOITA CORDEIRO**

O primeiro-ministro garantiu ontem que o Governo não vai acrescentar “nem mais um cêntimo” à proposta de valorização do Subsídio de Risco da PSP e da GNR, que, de acordo com o Executivo liderado por Luís Montenegro, passaria dos atuais 100 euros para 400 euros, de forma faseada até 2026 (uma subida de 300 euros), justificando que não acompanharia os sindicatos para não “trazer de volta a instabilidade financeira, o sofrimento para todos, só para cumprir o interesse particular de alguns”. Os sindicatos exigem mais 100 euros por mês do que o Governo propõe, isto é, um aumento total de 400 euros, e já está “no limiar mínimo”, disse ao DN o porta-voz da plataforma dos sindicatos da PSP e das associações da GNR, Bruno Pereira.

Assumindo “uma imensa tristeza” face às declarações de Luís Montenegro, Bruno Pereira prometeu ser inflexível com o Governo: “Nem menos um cêntimo.”

“Penso que as declarações do se-

nhor primeiro-ministro tiram qualquer margem à senhora ministra [da Administração Interna, Margarida Blasco] para negociar seja o que for.”

Para o representante sindical da PSP e GNR, os sindicatos têm feito várias cedências “com toda a razoabilidade” e “não foi só no valor”.

“Admitimos esses 400 euros [a proposta inicial era de 600 euros] como o mínimo dos limiares. Admitimos também o pagamento faseado e até admitimos negociar a retroatividade”, continuou Bruno Pereira, vincando que Montenegro impôs um limite ao esforço que pode fazer para valorizar as carreiras das forças de segurança, “desconhecendo as condições socioeconómicas que”, espera, “sejam muito melhores daqui a 1, 2 e 3 anos”.

“É uma questão de prioridades políticas”, acusou.

Questionado sobre como vão decorrer as negociações com o Governo a partir de agora, e com uma reunião agendada com Margarida Blasco para dia 9 de julho, Bruno Pereira diz que não sabe.

“Estarei disponível para resolver tudo aquilo que tem de ser resolvido em Portugal, mas não para trazer de volta a instabilidade financeira, o sofrimento para todos, só para cumprir o interesse particular de alguns.”

Luís Montenegro
Primeiro-ministro

“Qual é a motivação e a esperança depois de tudo isto”, pergunta, de forma forma retórica, ensaiando uma resposta por parte do Governo. “O que o primeiro-ministro fez foi transferir totalmente o ónus e o encargo para a Assembleia da República”, sublinhou, lembrando que amanhã será debatido o projeto de lei do Chega que é um “decalque” da proposta das forças de segurança, com uma exceção: a indexação dos Suplementos de Missão da PSP e da GNR ao vencimento mais alto da tabela da Polícia Judiciária, com a qual os sindicatos discordam.

“O Governo, assumindo esta posição, irá dar mais força e sentido à discussão pública na Assembleia da República”, conclui.

Ontem, na comemoração do 157.º aniversário da PSP, a ministra da Administração Interna elogiou a postura dos sindicatos das forças de segurança face ao empenho que têm demonstrado em chegar a um acordo com o Governo. “Este posicionamento é uma postura que merece todo o nosso respeito e o Gover-

“Penso que as declarações do senhor primeiro-ministro tiram qualquer margem à senhora ministra [da Administração Interna] para negociar seja o que for.”

Bruno Pereira
Porta-voz da plataforma PSP/GNR

no está disponível para discutir até ao final este acordo”, afirmou.

Confrontado com as declarações de Margarida Blasco e de Luís Montenegro, o presidente da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia, Paulo Jorge Santos, ao DN, classificou as palavras do primeiro-ministro como “precipitadas”.

“Deveria deixar que no dia 9 o Governo ouvisse o que os sindicatos têm para acrescentar, e de certa forma deixar que o Ministério da Administração Interna se pronunciasse”, justificou, garantindo que a polícia vai estar na reunião “no sentido construtivo de melhorar não só a condição dos polícias, mas também melhorar a realidade do funcionamento da PSP, que está nas lonas, que está um caos, que não funciona, que só sobrevive”.

André Ventura, ontem, dois dias depois de apelar a que as forças de segurança se dirigissem ao Parlamento no dia do debate em torno do projeto de lei do Chega para valorizar as carreiras da PSP e da GNR, acusou Luís Montenegro de “arrogância” e falta de “sensibilidade” por não cumprir a promessa de “resolver um problema que o anterior Governo criou”. “Esta é uma injustiça histórica criada pelo anterior Governo e que a direita tinha o dever de resolver”, defendeu.

O secretário-geral do PS, Pedro Nuno Santos, mostrou-se ontem preocupado por não haver acordo entre o Governo e as forças de segurança e criticou Montenegro por não cumprir promessas eleitorais, lembrando que o atual primeiro-ministro disse “que em pouco tempo resolveria a situação com as forças de segurança. Aquilo a que estamos a assistir é ao fracasso desse anúncio”, destacou.

O Presidente da República mostrou-se esperançoso de “que continue o espírito de diálogo e de compreensão”. Para Marcelo Rebelo de Sousa, “as forças de segurança são um exemplo de dignidade cívica, de responsabilidade ao serviço da segurança e das pessoas”, pelo que, “haverá oportunidade de continuarem a falar com responsáveis políticos.”

vitor.cordeiro@dn.pt



Miguel Albuquerque é líder do Governo Regional desde 2015.

Albuquerque leva programa a debate. Mas sem “certezas taxativas” sobre aprovação

IMPASSE O documento inclui medidas dos partidos que negociaram com o PSD. Essa estratégia pode não ser suficiente para viabilizar o texto, que é debatido amanhã.

TEXTO RUI MIGUEL GODINHO

A questão: será que, à segunda, Miguel Albuquerque consegue ter aprovado o seu Programa do Governo? A resposta: não é certo que sim, mesmo depois de uma ronda negocial com os partidos (à exceção de PS e JPP, que não aceitaram falar com o líder do PSD-Madeira). O próprio Miguel Albuquerque assumiu não ter “certezas taxativas” sobre um desfecho positivo e diz esperar “responsabilidade” por parte da oposição.

A ronda negocial com Chega, CDS-PP, IL e PAN terminou na segunda-feira, as conversas foram “profícuas e de boa-fé”, e “neste momento” há condições para “apresentar” o caderno de encargos do Governo Regional (que é debatido amanhã). No entanto, o sentido de voto de cada força política permanece uma incógnita. “Isso cabe a cada partido”, disse Albuquerque após entregar uma nova proposta de Programa do Governo a José Manuel Rodrigues, presidente da Assembleia Regional. No entanto, durante a sequência de reuniões, o deputado único da IL disse que o partido se iria abster, com o PAN a assumir que pode viabilizar a proposta.

Mas o Chega – que tem quatro deputados – continua a insistir que o impedimento para votar a favor não está nos conteúdos, mas sim no próprio Miguel Albuquerque. Se o social-democrata sair e outro rosto for escolhido para liderar o Executivo Regional, bem como a aposta no combate à corrupção e uma auditoria às “contas do passado”, então, aí, o Chega poderá votar a favor.

A posição é “inalterável” e o “Governo Regional sabe disso”, disse André Ventura, líder do Chega, depois de ter falado com Miguel Castro, dirigente regional do partido. Ainda assim, recusou “fechar cenários neste momento”, remetendo o

desfecho para o PSD. Esta aproximação, contudo, não tem sido bem recebida pela direção social-democrata que, tal como o DN noticiou, sente “incómodo” por esta aproximação e mantém as linhas vermelhas que sempre estabeleceu.

Ainda assim, Albuquerque agradeceu “a disponibilidade dos partidos que revelaram maturidade democrática”. Isso levou então o Executivo a pensar estar “numa condição favorável à apresentação do Programa do Governo”.

Ontem, o líder do PS-Madeira criticou estas reuniões: foram “uma encenação, uma farsa”. As alterações ao Programa do Governo “são, ou foram, muito poucas” e está-se na “mesma” após a ronda negocial, disse Paulo Cafôfo. O que está aqui em causa não é o Programa do Governo, nem é meter à *molhada* propostas dos diversos partidos. O que está aqui em causa é a moção de confiança. É a confiança que os partidos têm ou não têm em Miguel Albuquerque e no seu Governo”, disse.

Programa inclui medidas da oposição

Nesta procura pela aprovação, o chefe do Governo madeirense explicou que o Executivo incluiu no seu programa um total de 19 medidas de outros partidos – à semelhança do que o Governo Central já fez.

Por exemplo, o documento inclui o compromisso de criar um Gabinete de Transparência, Prevenção e Combate à Corrupção (proposta do Chega), bem como o reforço do apoio aos produtores agrícolas e aos pescadores, valorização das carreiras e desburocratização na Administração Pública, ou o fomento de mais habitação a custos acessíveis e a melhoria da mobilidade aérea e marítima constam entre as medidas dos partidos que estiveram nas negociações, nomeadamente Chega, CDS-PP, IL e PAN.



Opinião Eurico Brilhante Dias

Internacionalização: um novo ponto de partida

Os mais recentes dados dos saldos externos mostram que a economia portuguesa apresenta *superávits* (excedentes) face ao exterior. O Banco de Portugal destaca que em 2023 a economia portuguesa teve uma capacidade de financiamento de 7,2 mil milhões de euros (2,7% do PIB) e o saldo positivo da balança de bens e serviços foi de 3,3 mil milhões de euros.

Portugal apresenta o 6.º lugar no *ranking* dos países da União Europeia (e 10.º na OCDE) com maior *stock* de investimento direto estrangeiro. Apresenta mais de 70% do PIB, aproximadamente 20 pontos percentuais acima de média da OCDE, e em linha com a média da UE. Mais que a maioria dos competidores de Leste – só a Estónia tem um valor superior –, e mais que a Espanha, a França ou a Grécia. Em poucos *rankings* teremos um desempenho tão assinalável.

As exportações atingiram em 2022 os 50% do PIB. Mais exportadores, mais valor acrescentado e números recorde de contratualização de investimento por parte da agência pública: a AICEP. O contributo inestimável do setor exportador e das políticas públicas de captação de investimento estrangeiro está presente nos recordes das mais diferentes indústrias, desde a agricultura (2,3 mil milhões de euros, em 2023, na horticultura, fruticultura e na floricultura) à metalomecânica, aos serviços, às empresas e ao turismo. Quando muitos continuavam à procura de *novas AutoEuropas*, esquecem – ou não sabem – que nos últimos anos a Volkswagen, a BMW (com a Critical Software), ou a Mercedes fizeram investimentos em Portugal que, em conjunto, criaram milhares de postos de trabalho. Para além da Airbus, a Bosch, a Google e os seus parceiros, a Microsoft, ou a Zandal no setor farmacêutico, entre muitas outras. O país (felizmente) não parou em 1995.

Estes resultados extraordinários não podem parar. E se é certo que muito se deve ao empenho

das empresas nacionais, não deixa de ser verdade que uma parte importante radica no círculo virtuoso IDE/Exportações, onde a captação de investimento com propósitos de servir a procura externa garantiu um salto quantitativo e qualitativo, com impactos positivos nos salários médios pagos na economia portuguesa.

A boa gestão e condução de recursos – que cabe ao Governo fazer – entre a AICEP, a rede diplomática, as Associações Empresariais, as Câmaras de Comércio, tem de cumprir-se, e não deixo de assinalar que a solução orgânica do Governo coloca desafios importantes quando afasta a tutela da rede diplomática da tutela da agência de investimento e comércio externo, ainda para mais num quadro onde o IDPE ganhará progressivamente importância, numa economia, que podemos continuar a classificar, como *late investor* (na relação entre *inward* e *outward investment*). Recorde que desde 2011 – nos úl-

timos 13 anos –, que a AICEP foi tutelada pelo MNE ou pelo vice-primeiro ministro, em Governos diferentes, uns do PS e outros do PSD/CDS. Provavelmente, por diferentes razões, os melhores anos de sempre do setor exterior da economia portuguesa.

Quando mais recentemente o país viu a economia crescer, convergindo como nunca tinha convergido com a média da UE, dentro da área do euro, sem cair nos crónicos défices da Balança de Bens e Serviços, isso deve-se ao resultado de políticas públicas estáveis, com medidas e metas, num envolvimento coletivo, e a objetivos claros partilhados por todos. Como foi o caso do *Programa Internacionalizar*.

Há (sempre) muito a fazer. Na valorização da origem (marca) Portugal, na promoção do país como um bom território de acolhimento de investimento, nas políticas e ações cruzadas entre bens e serviços (e entre estes e o Turismo), entre outros aspetos. Sem começar de novo. Este país atingiu um grau de abertura superior a 100% em 2022. É um caminho para prosseguir e não pode ficar refém das agendas internas que disputam sempre o seu *quinhão* de recursos, e é por isso que a *voz* da internacionalização (orgânica) deve ser autónoma e orientada (exclusivamente) para o exterior. Sendo muitas vezes o verdadeiro provedor do setor externo português. Se assim não for, num momento em que emergem tensões em torno da dívida de alguns Estados-membros, e o Governo parece persistir, sem outro rumo que não as eleições antecipadas, em criar mais despesa e ter menos receita, temos os condimentos para más opções, aut centradas, sem ambição e direção. São muito perigosas para o futuro do país, e que não garantem um crescimento saudável e sustentável da economia portuguesa.

“**Há (sempre) muito a fazer. Na valorização da origem (marca) Portugal, na promoção do país como um bom território de acolhimento de investimento, nas políticas e ações cruzadas entre bens e serviços (e entre estes e o Turismo), entre outros aspetos.**”

Deputado do PS
Ex-secretário de Estado
da Internacionalização



Opinião
Pedro Tadeu

Os polícias do Chega querem meter-nos medo?

O governo de António Costa criou um problema com as remunerações das forças de segurança do país, que não soube resolver antes das eleições de 10 de março. Durante a campanha eleitoral Luís Montenegro criou a expectativa de que aceitaria o essencial das reivindicações de polícias, guardas republicanos e guardas prisionais e, agora que está no poder, só aceita parcialmente essas exigências.

Não é discutível este facto: os profissionais da PSP, GNR e da Guarda Prisional têm um esquema salarial de base, combinado com subsídios, prémios e gratificados, que é indigno e insuficiente.

Não é discutível este facto: à degradação provocada pelos baixos salários, junta-se a realidade da degradação da imagem pública de polícias e guardas,

provocada por um criticismo constante às ações de repressão a que são chamados a intervir, mandados, bastas vezes, pelos mesmos que depois os reprovam.

Não é discutível este facto: muitas das críticas que se fazem às polícias são injustas ou descontextualizadas, mas ninguém pode negar que o crescimento nos últimos anos de uma mentalidade autoritária, racista, para-fascista, classista, estupidamente violenta no seio das nossas forças de segurança está em níveis inaceitáveis.

Não é discutível este facto: é constantemente escamoteada a responsabilidade de dirigentes e políticos que, ao longo de dezenas de anos, semearam nas forças de segurança uma cultura securitária repressiva e não democrática. Simultaneamente abusaram da boa vontade destes homens e mulheres e estão constantemente a enganá-los com promessas que não cumprem. Os frutos estão agora a ser colhidos.

Os polícias que amanhã aderirem ao apelo de André Ventura para fazerem um cerco, ou algo parecido com isso, à Assembleia da República estão a ser instrumentalizados pelo Chega não para, legitimamente, manifestarem a sua determinação em lutar pelos seus direitos mas, dado o tom com que esse apelo foi feito, para nos meterem medo e para criar um impasse político que supostamente beneficiará o próprio Chega.

Porém, os sindicatos que recusaram o “convite” do Chega tiveram a coragem de meter a cabeça no cepo, arriscando que a desilusão dos polícias e guardas com estes governos, que estão sempre a falhar promessas, acabe por se transformar numa desilusão da maioria dessas classes profissionais contra os seus próprios sindicatos.

Agradeço a estes dirigentes sindicais, democratas, a bravura em recusar tal companhia para a sua luta. E agradeço esta sua fé de que as instituições saídas da Constituição criada com o 25 de Abril ainda nos podem salvar, a todos, do caos. Com eles, as forças de segurança poderão vir a ser realmente melhores – por favor, senhores políticos supostamente democratas, ajudem-nos a conseguir isso.

Jornalista

“

Os polícias que amanhã aderirem ao apelo de André Ventura para fazerem um cerco, ou algo parecido com isso, à Assembleia da República estão a ser instrumentalizados pelo Chega não para, legitimamente, manifestarem a sua determinação em lutar pelos seus direitos mas para nos meterem medo e para criar um impasse político que supostamente beneficiará o próprio Chega.”



Opinião
Jorge Costa Oliveira

Hospital de Sintra – finalmente construído, mas um exemplo de injustiça social

Em 2021, no município de Lisboa (com 546.923 residentes e um “poder de compra per capita” de 205,6) existiam 32 unidades hospitalares, enquanto que Sintra (com 388.001 residentes e um “poder de compra per capita” de 93,6) tinha 5. Se excluirmos as do setor privado, Lisboa tem 16 hospitais e Sintra tem 0 (zero!). Cruzando os dados dos números de hospitais com os do poder de compra (de Sintra e de outros municípios da Grande Lisboa), a injustiça social subjacente é gritante – pessoas mais pobres são votadas ao abandono pelo SNS em termos de assistência hospitalar.

Neste contexto, o governo decidiu em 2016-2017 avançar com o Hospital de Sintra – um pequeno hospital, com apenas 60 camas, “funcionando com serviços de urgência básica, consultas externas diferenciadas, unidade de ci-

rurgia ambulatoria e meios complementares de diagnóstico e terapêutica e “em estreita articulação” com o Hospital Fernando Fonseca”. O primado das “contas certas” e da redução da dívida pública não permitiu então ao governo afetar fundos para novas unidades hospitalares. Restava o modelo das PPP – vetado à data pelos parceiros à esquerda da coligação parlamentar do PS – ou convencer alguns municípios a custear uma parte significativa dessas novas unidades hospitalares. Foi o que sucedeu no caso de Sintra, com o município a assumir a construção do hospital público e respetiva envolvente logística (com um custo de 60 milhões de euros (M), só possível graças à folga financeira decorrente da boa gestão camarária de Basílio Horta), tendo o governo assumido a incumbência de o equipar e dotar de pessoal médico, enfermeiro e auxiliar (estimada em 25 M, vindos do PRR) e garantir o seu funcionamento. Agora que a C. M. Sintra fez a sua parte, espera-se que sejam lançados rapidamente os concursos para o equipamento médico e abertos os processos para recrutamento de pessoal médico, enfermeiro e auxiliar; tarefas a cargo do ministério da Saúde, um mastodonte burocrático...

É lamentável que governos socialistas tenham sacrificado as populações dos municípios mais pobres ou sem recursos financeiros.

Não há hoje razão para que se não pondere situações de PPP para novos hospitais. O 2.º governo Costa adjudicou o novo Hospital de Lisboa Oriental em regime de PPP, (com um custo de construção de 380 M, mas envolvendo um encargo total de 732,2 M), tendo essa possibilidade sido também admitida para o Hospital Central do Algarve no 3.º governo Costa. Com pouca margem orçamental para novos investimentos do governo, espere-mos que essa opção seja ponderada também quanto à construção e/ou gestão de unidades hospitalares em regiões com baixos rendimentos.

“

É lamentável que governos socialistas tenham sacrificado as populações dos municípios mais pobres ou sem recursos financeiros.”

Consultor financeiro e business developer
www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira

DESCUBRA O TURISMO APROVADO PELOS LOCAIS

UMA EXPERIÊNCIA QUE TRANSCENDE A MERA VISITA E PROPORCIONA UMA VERDADEIRA IMERSÃO CULTURAL. INSPIRADOS NO QUE OS RODEIA, OS HOTÉIS MERCURE SÃO UM REFLEXO AUTÊNTICO DAS COMUNIDADES LOCAIS.

MERCURE HOTELS

O impacto negativo do turismo de massas nas comunidades locais é uma preocupação que o Mercure leva a sério. Desta forma, os hotéis Mercure adotaram um conceito que promove o turismo responsável, que se integra na vida das cidades e enriquece as comunidades locais. A experiência é genuína e autêntica e torna-se parte da herança cultural da cidade. O turismo feito por habitantes locais, ideal para aqueles que desejam tornar-se parte da comunidade que visitam.

Voz a quem acolhe
A autenticidade da experiência nos Mercure é confirmada por quem faz deles o que são. No Mercure Fátima, Ângelo Correia, responsável de front office, destaca a importância de utilizar produtos locais: “nós trabalhamos sempre com produtos locais, frescos e de máxima qualidade”. Em Lisboa, David Pólvora, responsável de marketing e comunicação do Mercure Lisboa Almada, partilha como cada corredor reflete a tradição da cidade. “Cada piso do hotel celebra uma parte de Almada: o Cristo Rei, o mar, o porto de Cacilhas, a boa comida...”, diz David. Esta atenção ao detalhe faz com que os hóspedes se



tornem verdadeiros locais. Ou, pelo menos, é isso que Bruno Pereira, rececionista no Hotel Mercure Porto Centro Santa Catarina, acredita que o serviço faz: “os hóspedes saem daqui autênticos portuenses”.

Respeita e enriquece
Os hotéis Mercure estão situados em locais variados, desde a beira-mar até às vibrantes cidades ou serenas montanhas, cada um com a sua personalidade própria e profundamente

enraizados no seu ambiente. Esta integração cultural permite que os viajantes se conectem genuinamente com as comunidades que visitam e oferece uma experiência de viagem autêntica e sustentável, respeitan-

do e celebrando a cultura local. Os detalhes estão na decoração, estão na arquitetura e estão nas relações. Em cada hotel um ambiente familiar e acolhedor, que preserva tradições locais, e funciona como um autêntico embaixador de cada região.

Experiências locais verdadeiras
Viajar é uma forma de descobrir e viver novas culturas. Para além da estadia, a grande riqueza está em mergulhar na essência dos destinos. E é por

Gastronomia local, uma cultura imersiva e a valorização dos produtores mais próximos são os destaques dos hotéis Mercure

isso que cada hotel Mercure, inspirado pelo que o rodeia, é um reflexo dos locais. É mais do que um hotel, é um ponto de encontro com a cultura. Os visitantes podem fazer um roteiro pelo comércio local, podem participar em experiências culinárias que destacam os ingredientes de cada região e podem viver como autênticos habitantes locais, levando consigo memórias inesquecíveis. Um turismo feito pelos habitantes locais, para aqueles que se querem tornar habitantes locais.

Alexis Goosdeel.

“Há promoções nas redes sociais para venda de droga”

CERIMÓNIA Com a presença da Comissária Europeia dos Assuntos Internos, Ylva Johansson, nasce hoje a Agência da União Europeia sobre Drogas. Diretor fala ao DN sobre os desafios numa área onde os tráficos de estupefacientes, de armas e de seres humanos estão cada vez mais relacionados.

TEXTO CARLOS FERRO

Antecipar, alertar, responder, aprender. Estas são as quatro palavras que passam, a partir de hoje, a fazer parte do léxico da Agência da União Europeia sobre Drogas (EUDA, na sigla inglesa), o novo nome do Observatório Europeu da Droga e da Toxicod dependência agora promovido a agência, uma mudança que engloba mais tarefas e responsabilidades na recolha, análise e divulgação de dados relacionados com as drogas ilícitas que chegam, circulam e são produzidas na União Europeia.

Na cerimónia que assinalará esta alteração estarão presentes Ylva Johansson (Comissária Europeia dos Assuntos Internos), Franz Pietsch (presidente do Conselho de Administração da EUDA), além de Alexis Goosdeel, diretor executivo da EUDA.

“Neste mandato vamos ter de preparar a UE para os novos desafios associados às drogas, como as grandes questões da imigração ou tráfico de seres humanos, sobretudo crianças e adolescentes, além do tráfico de armas”, explica ao DN Alexis Goosdeel.

Ou seja, o tráfico de droga não é uma questão isolada, mas sim um problema que envolve muitas áreas de crime. “Já há um problema muito importante de tráfico de armas, que está relacionado com o aumento de violência, também, nas questões da droga”, frisa.

Violência essa que se sente nos portos: “Todos estão a perceber que têm um problema. Pode ser que hoje fique mais visível em Antuérpia e um pouco em Le Havre (França) ou Hamburgo (Alemanha). Mas, por exemplo, o Porto de Gdansk (Polónia) tem a percepção

muito precisa de que, se há um aumento do controlo do tráfico em Roterdão ou em Amesterdão, essa estrutura pode ser o próximo alvo para o crime organizado. É um problema que está a generalizar-se.”

A passagem de Observatório para Agência, com o consequente aumento de responsabilidades, acaba por expressar a necessidade de o combate aos problemas relacionados com o consumo de droga mudar de paradigma.

“O Observatório nasceu em 1993, depois de uma proposta em 1989 do presidente francês François Mitterrand. Na altura, havia uma *epidemia* de heroína e muita gente morreu. E em alguns países, como Portugal, Espanha, França e Itália, muitas pessoas tinham con-

traído o vírus do HIV através da injeção de droga. Mas não havia dados conjuntos na Europa. Agora, foi decidido que era bom mudar a missão da Agência, pois a realidade relacionada com a droga mudou muito nos últimos 30 anos. Por exemplo, nessa altura o desafio era definir indicadores, pois não havia dados”, recorda Alexis Goosdeel.

Produção de cocaína pressiona mercado

Entre esses desafios referidos pelo diretor executivo da EUDA está o “mercado”. “Em 1997, surgiam três ou quatro novas substâncias por ano. Agora surge uma a cada 10/15 dias. Além disso, houve um aumento tremendo da produção de cocaína e isso foi também um dos fatores que desencadeou alterações nas rotas de tráfico e com mais impacto na Europa”, sublinha. E à questão “há mais procura de cocaína?”, responde: “Não, o que há é um aumento da oferta. Há uma grande pressão por parte da oferta. É o capitalismo aplicado ao mercado, é a dinâmica do mercado, mas aplicada ao comércio ilícito. O mercado pressiona para conseguir novos clientes e não faz distinção entre faixas etárias e de género.”

Os dados do *Relatório Europeu sobre Drogas 2024: Tendências e desenvolvimentos* confirmam esta tese, pois no ano passado, pelo sexto ano consecutivo, foram apreendidas quantidades recorde de cocaína: 323 toneladas em 2022 – em 2021 tinham sido apreendidas 303 toneladas.

Números que confirmam que a cocaína é a droga estimulante mais consumida na Europa.

Outra chamada de atenção feita pelo diretor da EUDA é direcionada para o facto de estar a aumentar o



Alexis Goosdeel está em Portugal desde 1999 e cumpre o segundo mandato como diretor da agência.

policonsumo e o consumo recreativo. “É a iniciação no consumo para muita gente. Muitos consomem uma pastilha antes de um concerto, ou fumar canábis, para os jovens, é aceitável. Dizem que é para dançar todo o fim de semana e dizem que não são *junkies* [dependentes]. As normas sociais estão a mudar – parece que passa a ser aceitável consumir uma pastilha para ir à discoteca. O problema é que a seguir a essa vem outra e depois, um dia, passamos a ter um problema de saúde”, salienta. “Sei que não é automático, mas pretendemos que não seja normal o uso de droga. Hoje em dia não pode ficar tudo aceitável. Temos de ter mensagens preventivas”, alerta.

“Tudo isto está relacionado com a questão da pressão e organização para a venda, cada vez com maior pressão e direcionado ao consumidor”, conclui.

Há promoções nas redes sociais para a venda de droga

As tendências do mercado de tráfico estão em constante atualização, como refere Alexis Goosdeel, que dá um exemplo: “Há pessoas que vendem as suas listas de telefone. Por

exemplo, se tiver 200 clientes pode, por uma ou outra razão, vendê-la e, da mesma forma que recebemos no telefone mensagens das empresas, podemos começar a receber ofertas, tipo promoções nas redes sociais para a venda de droga. Todos os dias há ofertas: receba cinco doses pelo preço de três ou quatro. E a entrega também será rápida. Também há a percepção de que é mais fácil e seguro do que ir ao Casal Ventoso. O traficante pode deixar o produto numa caixa de correio ou indicar um lugar onde fica o pacote. E é tudo às claras, no WhatsApp – já nem é muito usada a *dark web*.”

A finalizar ficam elogios à política portuguesa de descriminalizar o consumo e posse de droga, aprovada em 2001, que passou a ser passível de tratamento e não considerado um crime. “É uma política integrada com base nos Direitos Humanos, com foco na Saúde pública e nos direitos das pessoas. Tal como as salas de consumo assistido não são causa de violência. O desenvolvimento de grupos criminosos organizados de tráfico de armas e droga é que são”, sublinha.

cferro@dn.pt



Luz, mar, gastronomia. A viagem a Portugal começou nos escuteiros belgas

CARREIRA Alexis Goosdeel vive no país desde 1999. O diretor da Agência da União Europeia sobre Drogas conta que provou dobrada em casa de amigos portugueses, na Bélgica, quando estava nos escuteiros. Sem muito tempo livre, não dispensa uma boa corrida. E o humor.

TEXTO **CARLOS FERRO**

Muita luz, a vista para o estuário do Tejo, várias pinturas, uma foto com o Papa Francisco e, muito importante, pelo simbolismo que já explicaremos, uma réplica do foguete que surge no 16.º livro das aventuras de Tintim, *Destino: Lua*.

De resto, o escritório de Alexis Goosdeel é igual a muitos outros,

com a mesa de trabalho e a secretária utilizada pelo até agora diretor do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência que passa hoje a ser o diretor da Agência da União Europeia sobre Drogas (EUDA).

Na liderança desta instituição europeia desde 1 de janeiro 2016, Alexis Goosdeel está a cumprir o segundo mandato que terminará

no último dia do próximo ano. Mas até ao fecho deste ciclo de uma vida profissional, que começou na Bélgica natal como psicólogo clínico e o levou a muitos países, a experiência diversas e ao desafio de liderar o Observatório/Agência que começou por analisar, em 1993, as tendências ligadas ao consumo e tráfico de droga e que se foi recon-

vertendo até agora, em que vai passar a ter um papel mais interventivo nas políticas europeias relacionadas com o tema, o principal responsável da instituição tem muito trabalho para conseguir que a EUDA “seja útil para as famílias, câmaras municipais, governos, países”.

“É importante dizer que estamos aqui a fazer algo pelos outros, não é só estatísticas – para isso, existe o Excel e os computadores. É esse o desafio, muito mais que uma missão”, frisa.

“Missão” é, talvez, uma boa palavra para compreender o empenho que coloca na sua vida profissional, o mesmo que faz com que seja convidado para estar presente em reuniões e conferências com muita frequência – na véspera do encontro com o DN tinha chegado de uma conferência em Varsóvia (Polónia).

E é neste ponto que voltamos ao foguete do livro de Tintim. Este exemplar de cores vermelha e branca, colocado em cima de uma mesa do escritório, tem uma história que o próprio conta com um sorriso: “Quanto fui nomeado [em 2015, mas só tomou posse no primeiro dia de 2016], e como sou belga e o Tintim é belga, os meus filhos ofereceram-me o foguete no Natal antes de começar a exercer o cargo. Foi como uma metáfora para a grande mudança que tinha proposto”, conta. Uma mudança que estava relacionada com a visão que apresentou durante o processo de candidatura ao cargo – durou dois anos até à escolha final. “Apresentei um programa claramente de mudança, do nome, do orçamento, do número de pessoas [do Observatório] e o símbolo que apresentei ao conselho de administração foi um foguete, utilizando de forma muito criativa a viagem à Lua, da exploração espacial. Foi uma viagem que já dura há nove anos.”

Os escuteiros e o prato de dobrada

Alexis tem 65 anos e vive em Portugal desde 1999, mas a sua ligação ao país aconteceu muito antes. “A minha primeira relação com Portugal foi há 47 anos, estava nos escuteiros e estavam lá filhos de portugueses. Um dia convidaram-me para comer lá em casa e eu aceitei sem saber o que ia provar, era dobrada. E gostei”, recorda.

Mais tarde uma nova prova gastronómica, desta vez com uma outra aventura pelo meio: “Em 1977, com 16 anos, tínhamos a obrigação de fazer um acampamento fora da Bélgica e os portugueses ofereceram-se para que o acampamento fosse em Fontoura [Freguesia de Valença do Minho]. Fizemos 48 horas de comboio – fomos até Paris e depois, aí, passámos para o Sud-Express. Tinha levado oito sandes e quando cheguei a Paris já não tinha nenhuma. Os portugueses tinham pastéis de bacalhau e foi aí

que os descobri”. E como não há duas estreias gastronómicas sem uma terceira, Alexis tinha à sua espera, em Valença, uma nova prova: “Comi a minha primeira sardinha no Mercado de Valença do Minho.”

Essa primeira viagem a Portugal teve ainda uma outra aventura, mas no regresso: “Levávamos garrafas de vinho verde, mas quando chegámos à Bélgica já não era bem vinho.”

A verdade é que a ligação ficou e, mais tarde, voltou à terra dos amigos portugueses. “Trabalhei no campo, apanhei batatas. Um dia o padre mandou toda a aldeia limpar o reservatório da água que estava cheio de terra, madeira. E depois a empregada do padre matou 15 frangos.”

Foi com todas estas experiências que o agora diretor da EUDA aprendeu português, um dos sete idiomas que fala – os outros são francês, inglês, grego, neerlandês, italiano e castelhano.

O certo é que a vida profissional o afastou dessa amizade com as famílias portuguesas, até um dia em que, conta, no aeroporto viu uma pessoa que parecia um desses seus amigos. “Fui falar com ele e era. Agora os meus amigos portugueses de então vivem em Portugal e eu já os fui visitar com a minha mulher.”

Com tantas solicitações – “passo 10 a 12 horas no escritório” – há tempo para passear pelo país? “Tenho e não tenho. Quando viemos para Portugal fomos morar para o Monte Estoril, pois em Lisboa não havia casas grandes e nós erramos cinco [tem três filhos], mas com as crianças no Liceu Francês, houve uma altura em que decidimos mudar para Lisboa, onde ainda vivíamos no primeiro ano da covid-19 [2020]. Depois mudámos para a Aldeia de Jusó [Cascais]. Então, caminhadas na cidade faço menos, mas continuo a correr, fiz os 10 quilómetros de Cascais, no início de fevereiro, e há poucos dias corri oito quilómetros na Serra de Sintra.”

A ligação a Portugal vai manter-se depois de deixar o cargo? “Gosto muito de Portugal. Quando o novo embaixador belga veio visitar-me disse-lhe que quando terminar aqui não vou voltar para a Bélgica, gosto de Bruxelas, mas após quase 27 anos em Portugal e a viver perto do mar vou para a Grécia, a terra da minha mulher. Preciso da luz e do mar, principalmente da luz”, salienta.

E que melhor forma de concluir uma passagem pela vida profissional e pessoal do que uma autodefinição. Aqui fica a visão de Alexis Goosdeel por Alexis Goosdeel: “Uma das particularidades da gente de Bruxelas é que temos um sentido de humor especial. Gostamos de provocar um pouco. Mas provocar com amor, provocar não é incomodar. É um toque... um toquezinho. E é com esse toquezinho que conseguimos mudar tantas coisas.”

cferro@dn.pt

Horas extras pagas em pacote não agradam a médicos, que já pensam em formas de luta

SNS O Ministério da Saúde apresentou na segunda-feira um novo diploma aos sindicatos sobre a remuneração da hora-extra feita além das 150 e das 250 horas obrigatórias por lei. A Fnam já disse que não aceita e que, se a atitude da tutela não mudar, avança com greves gerais e parciais. O SIM reúne hoje com a ministra, mas avisa também que se não houver disponibilidade para negociar grelhas salariais, vai “pensar em formas de luta”.

TEXTO **ANA MAFALDA INÁCIO**



Os médicos começam a perder a paciência com a ministra da Saúde e este verão pode voltar a ser marcado por greves e por recusas de mais horas extras no Serviço Nacional de Saúde (SNS). Segundo os sindicatos, Ana Paula Martins está à frente da pasta há três meses e ainda não conseguiu avançar com a ronda negocial que tinha sido prometida para discutir o que as estruturas consideram prioritário para a valorização e fixação de profissionais no serviço público. E isto porque, na primeira reunião para o efeito, realizada no final de maio, a tutela apresentou uma proposta de negociação que nem sequer incluía as grelhas salariais, a valorização da remuneração-base.

Foi assumido o compromisso de novas reuniões no final de junho, mas o encontro com a Federação Nacional dos Médicos (Fnam), que estava agendado para o dia 25, acabou por ser desmarcado e ainda não há nova data marcada. A reunião com o Sindicato Independente dos

Médicos (SIM) está agendado para hoje, pelas 10.00 horas, e o secretário-geral, Nuno Rodrigues, espera que neste se perceba “qual é a disponibilidade negocial do ministério para as prioridades dos médicos”, avisando desde logo que, se esta não existir, o SIM vai “pensar em formas de luta”.

A Fnam, por seu lado, já fez saber que não dará muito mais tempo para negociar com a tutela, tendo já pedido aos médicos que recusem fazer mais horas extras além das que estão obrigados a fazer por lei, e tendo já avisado estar disposta a avançar para greves gerais e greves parciais nos Cuidados Primários.

Esta posição foi assumida depois de uma reunião online com a tutela na segunda-feira, e para a qual o sindicato diz ter sido convocado à pressa, sobre o valor/hora pago ao trabalho extraordinário. A proposta apresentada pela tutela caiu mal à direção da Fnam que diz ser “inaceitável”. “O ministério quer pagar as horas extraordinárias aos médicos por pacotes de 40 horas”, argumentou Joana Bordalo e Sá ao DN.

Ou seja, depois de atingirem as 150 ou as 250 horas extras a que estão obrigados por lei, os médicos receberão um suplemento de 40% da remuneração-base, de 42,5%, de 45% ou até mais consoante o número de blocos de 40 horas que forem fazendo, não havendo sequer um limite de horas para o trabalho suplementar. “A tutela pretende pagar aos médicos o trabalho suplementar ao preço do trabalho normal, sem limites máximos até ao fim do ano, colocando em causa a segurança dos doentes e condenando os médicos à exaustão”, argumentou a dirigente da Fnam.

O secretário-geral do SIM também não concorda com a proposta apresentada, mas reconhece que esta refletirá um aumento na remuneração dos médicos que aceitarem trabalhar neste regime. Contudo, “como sindicato, não podemos aceitar uma proposta como esta”, considerando que “a ausência de um limite de horas para o trabalho extraordinário é inaceitável”.

“O ministério chamou-nos para apresentar este diploma como se

fosse uma prioridade e, para nós, não é. A prioridade é a negociação da grelhas salariais”, comentou ao DN Nuno Rodrigues.

A proposta da tutela, já vertida em diploma, “irritou” os sindicatos médicos. A Fnam diz mesmo: “Fomos chamados à pressa porque, neste tipo de matérias, os sindicatos têm de ser ouvidos, mas não houve qualquer negociação, porque o projeto de diploma já nos foi apresentado como uma proposta final, sem contraditório, a levar a Conselho de Ministros, no próximo dia 4 de julho.”

Perante tal, Joana Bordalo e Sá considera que “este Executivo já está a ter o mesmo *modus operandi* que o anterior, uma total falta de respeito pelos médicos”, sublinhando que “a Fnam não compactua e repudia esta nova forma de valorização do trabalho suplementar, que não traduz a natureza e penosidade do trabalho que está a ser exigido”.

A médica reforça ainda que a estrutura que dirige está disponível para negociar e que “já foram apresentadas várias datas para reunir

com a tutela, mas até agora sem resposta”. Em comunicado, a Fnam alertava também os médicos para o facto de “esta nova forma de pagamento ter a agravante de forçar os médicos, a partir de 1 de julho, ao trabalho suplementar sem limites até ao fim do ano, o que colocará em causa a segurança dos doentes, promoverá a exaustão dos médicos, violando, uma vez mais, o direito constitucional à conciliação entre a vida profissional e pessoal”.

Ambos os sindicatos reforçam que aquilo que os médicos querem “não são mais suplementos ou incentivos para trabalho extra, são medidas que valorizem a remuneração-base, que renegociem a carreira médica e a melhoria das condições de trabalho, porque só assim será possível fixar profissionais no SNS”, defendeu Joana Bordalo e Sá, que critica: “Há disponibilidade financeira por parte da tutela para o trabalho extra, para aumentar a retribuição aos prestadores de serviços, para transferir doentes para o setor privado, só não há disponibilidade para valorizar a remuneração-base. Isto só confirma falta de vontade política do ministério de Ana Paula Martins para negociar.”

Para o secretário-geral do SIM, o diploma apresentado esta semana “é mais do mesmo”. “Está-se a promover de novo as horas extras no SNS, que é precisamente o que os médicos não querem. A proposta não nos agrada e não tem o nosso acordo. Na reunião de amanhã [hoje] vamos ver o que vai ser posto em cima da mesa de negociação e qual é a vontade real deste Governo em valorizar os médicos. Se não houver essa vontade, naturalmente que iremos para outras formas de luta.”

O verão pode aquecer no SNS. Além dos constrangimentos que já existem nas Urgências e em outros serviços por falta de médicos, pode ainda ser marcado por greves. Até agora, o *Movimento de Médicos em Luta*, que surgiu precisamente há um ano, regista mais de 500 assinaturas de médicos a mostrar disponibilidade para não fazerem mais horas extras e já há 100 minutos de recusa assinadas. ODN contactou a tutela e soube que o diploma está mesmo agendado para a próxima reunião do Conselho de Ministros.

anamafaldainacio@dn.pt



A operação foi coordenada entre autoridades dos dois países.

PJ e autoridades espanholas detêm 54 pessoas por roubarem 2,5 milhões a mais de 80 idosos

BURLAS O esquema consistia em chamadas fraudulentas e em técnicas de manipulação destas pessoas. A maior parte dos detidos (40) estavam em Espanha.

A Polícia Judiciária (PJ) e as autoridades espanholas detiveram 54 pessoas que defraudaram mais de 80 idosos, conseguindo causar um prejuízo às vítimas estimado em 2,5 milhões de euros, revelou a Europol.

Numa nota divulgada na internet, a agência europeia de polícias indicou que a operação decorreu em toda a Península Ibérica a 4 de junho, com a participação da PJ, em representação de Portugal, e da Polícia Nacional espanhola e dos Mossos d'Esquadra, por Espanha, tendo sido efetuadas 19 buscas (13 buscas domiciliárias em território português), que resultaram na apreensão de provas físicas e digitais dos crimes.

Quarenta suspeitos foram detidos em Espanha e três estão detidos em Portugal e aguardam extradição para Espanha, depois de o Tribunal da Relação de Évora ter aplicado a medida de coação de prisão preventiva a estes últimos, sobre os quais recaem suspeitas dos crimes de burla qualificada e branqueamento de capitais.

Os três detidos de nacionalidade espanhola têm idades compreendidas entre os 25 e os 31 anos e residiam na zona do Algarve.

Entretanto, a PJ esclareceu também num comunicado que a denominada *Operação Phantom* levou à constituição de 14 arguidos, inserindo-se ainda no âmbito de uma investigação em curso do De-

partamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Faro.

Segundo a Europol, as fraudes assentavam num esquema de chamadas telefónicas fraudulentas e engenharia social, uma técnica de manipulação psicológica para a execução de ações que são depois exploradas pelos suspeitos a seu favor para desviar dinheiro das vítimas.

“Um dos principais alvos foi apanhado em flagrante e preso quando a polícia entrou em casa: estava sentado em frente ao seu computador com os dados bancários de uma das suas vítimas no ecrã. Além de recolherem computadores, telemóveis, cartões SIM e congelarem contas bancárias, os agentes no local também encontraram canábis e cocaína nas instalações revistadas”, adianta a PJ no comunicado.

Alguns idosos perderam as poupanças de toda a vida e vários foram coagidos a entregar o dinheiro à porta de casa, depois de uma primeira tática de chamadas fraudulentas (*vishing*, forma abreviada de *voice phishing*), com a rede criminosa a visar sistematicamente cidadãos espanhóis idosos.

“Depois de extrair algumas informações básicas, o impostor partilhava-as com outros membros da rede criminosa que apareciam à porta das vítimas. Pressionando-as com táticas de medo e engenharia social, os burlões apoderavam-se dos cartões de pagamento ou de crédito e extraíam o PIN e os dados bancários. Em alguns casos, os criminosos também forçavam a entrada nas casas das vítimas, roubando dinheiro e objetos de valor”, referiu a Europol.

O dinheiro desviado foi depositado em diversas contas bancárias espanholas e portuguesas e os membros desta rede procuraram dissimular a origem ilícita dos fundos através de uma “extensa rede de mulas de dinheiro”.

BREVES

Pobreza em Portugal é “problema real”

A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Rosário Palma Ramalho, disse em Coimbra que a pobreza assume em Portugal índices impróprios num país do primeiro mundo. “A pobreza é um problema real em Portugal que, aos níveis em que está, é dificilmente admissível num estado formalmente de primeiro mundo”, afirmou. A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social prestava declarações no final da sua intervenção na abertura do *II Congresso Presente e Futuros(s) da Segurança Social*, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC). “A Segurança Social tem futuro porque temos um pacto intergeracional que obriga a que tenha futuro”, assegurou a ministra, embora admitindo que “a sustentabilidade é um problema que tem de ser abordado”. “Temos de ir lá por outras vias”, defendeu Rosário Palma Ramalho.

Marcelo espera SNS a funcionar bem no verão

O Presidente da República considerou necessário que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) funcione bem durante o verão, mas também nas outras épocas do ano, porque a sua cobertura é indispensável. “No domínio da Saúde, o que é que os portugueses querem? Primeiro que o Plano de Urgência ou de Emergência para o Verão funcione bem – estamos a entrar no pico do verão, que são os meses de julho e agosto, portanto, o que querem é que, onde quer que se encontrem os que não têm férias, os que não podem ter e aqueles que têm férias, onde quer que se encontrem, tenham a cobertura da Saúde que é necessária e é indispensável”, disse. Outra coisa que os portugueses querem, continuou o chefe de Estado, é que, “terminado o verão e chegado o outono e o inverno e depois a ‘normalidade da vida’, que avance aquilo que é desejado por muitos há bastante tempo, que é uma gestão do SNS que vá sendo ajustada às necessidades das pessoas”.



Opinião Francisco George

Opinião pessoal (XXX)

Há 40 anos, a identificação, em Portugal, dos primeiros casos de sida irá ser assinalada com iniciativas promovidas pela Direção-Geral da Saúde. Ainda bem que assim sucede. É preciso falar mais sobre a infeção e a doença.

Saber da origem viral e como se transmite é condição principal para a prevenção da sida.

Durante estes 40 anos foram alcançados imensos sucessos traduzidos na transformação de uma doença aguda grave (como causa frequente de morte dos doentes) em doença crónica que, em consequência do tratamento medicamentoso inovador, deixou de encurtar a vida dos infetados.

Quer a minha idade, quer a minha carreira colocaram-me, por mero acaso, no epicentro da Pandemia VIH. Tudo aconteceu de forma inesperada, em 1980. Surpreendeu os cientistas que, até então, não admitiam a possibilidade de aparecer uma doença que não existia anteriormente. É verdade, ao contrário da gripe, ninguém tinha antecipado a hipótese de surgir uma doença de expressão pandémica com a magnitude e gravidade da nova infeção viral. Sublinho, NOVA, uma vez que antes não se conheciam casos clínicos dessa doença.

“Ao contrário da gripe, ninguém tinha antecipado a hipótese de surgir uma doença de expressão pandémica com a magnitude e gravidade da nova infeção viral.”

Porém, ainda hoje, pouco se sabe como emergiu, quando e qual foi, verdadeiramente, a origem do vírus. Terá sido a partir de mutações ocorridas em vírus que circulavam em macacos ou em outros animais? Ao certo ainda ninguém demonstrou, no plano científico, o que aconteceu.

Também não se percebeu quando ocorreu a nova doença. Mas, se é exato que a epidemia explosiva foi só reconhecida em 1981, também é verdade que há razões para admitir que o seu início remonta aos anos de 1930 a 1950 (como casos esporádicos).

Preciso.

Há duas situações descritas, corretamente estudadas por cientistas, que fazem crer que a “doença-mistério”, com as mesmas características de imunodeficiência, começou antes de 1980, em África. Uma delas, refere-se a um jovem marinheiro inglês de 25 anos de idade que estivera na África Austral e que viria a morrer em 1959 com um quadro clínico grave de pneumonia e de cancro (sarcoma de Kaposi), tendo sido autopsiado sem conclusão diagnóstica, na altura. Mais tarde, o médico do doente, ao lembrar-se dessa autópsia, foi investigar as peças congeladas e, com espanto, identificou o material genético do vírus da sida.

Um outro caso analisado foi o de uma criança que morreu de varicela (doença benigna), em 1976, filha de um viajante norueguês que tinha estado em África, dez anos antes. Posteriormente, os investigadores admitiram que a causa da morte foi sida transmitida pela mãe (que, tal como o pai, morreria de doença compatível com deficiência imunitária).

Mas, o “Grande Terramoto” com epicentro em África só viria a sentir-se depois de 1980.

(Continua)

Ex-diretor-geral da Saúde
franciscogeorge@icloud.com

Alguns idosos perderam as poupanças de toda a vida e vários foram coagidos a dar dinheiro.

De Mangualde saíram os primeiros carros elétricos *made in Portugal*

AUTOMÓVEL Produção em série arranca em outubro. Começaram ontem a sair da Stellantis os primeiros de 719 veículos elétricos para o SNS. Investimento de 119 milhões criou 63 novos empregos.

TEXTO ILÍDIA PINTO

Fruito de um investimento de 119 milhões de euros, ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), saíram ontem da linha de montagem da Stellantis de Mangualde os primeiros veículos totalmente elétricos produzidos “em grande escala” em Portugal. Um momento “histórico” nas palavras de Carlos Tavares, CEO do Grupo Stellantis, e que foi testemunhado pelo Presidente da República e pelo ministro da Economia. A produção em série arranca em outubro.

Inaugurada há 62 anos, então como Citroën Lusitânia, da fábrica de Mangualde saíram já, nestas seis décadas, cerca de 1,7 milhões de veículos. Agora, a aposta é na transição energética, tendo liderado uma das agendas mobilizadoras para a inovação empresarial, que reuniu 37 parceiros no *Projeto GreenAuto*, que levou a um investimento conjunto dos referidos 119 milhões de euros. Das várias transformações realizadas na fábrica, designadamente com novas instalações destinadas à área de montagem e ferragem, o projeto possibilitou a criação de uma nova linha de montagem de baterias, que permitiu a criação de 63 novos postos de trabalho.

Serão oito os modelos 100% elétricos a produzir na fábrica de Mangualde, nas versões de passageiros e comerciais ligeiros, dos modelos Citroën ë-Berlingo e ë-Berlingo Van, Peugeot E-Partner e E-Rifter, Fiat e-Doblò e Opel Combo-e, que se destinam a abastecer os mercados doméstico e de exportação.

A Stellantis, que resultou da fusão, em 2021, do Grupo PSA (Peugeot, Citroën e Opel) com a Fiat Chrysler Automobiles, tem em curso um plano estratégico para atingir a neutralidade carbónica até 2038. Em Mangualde, foram instalados 6370 painéis fotovoltaicos com os quais assegura 32% das necessidades anuais de energia elétrica da fábrica, diz a empresa, ao mesmo tempo que “vai evitar 2500 toneladas de emissões anuais de CO₂, o equivalente à captura de CO₂ por cerca de 16 mil árvores”.

O objetivo, acrescenta a Stellantis Portugal, é conseguir “50% de autonomia energética até final de 2025”, o que será possível através de “projetos na área da produção de energia verde e armazenamento, que



Marcelo Rebelo de Sousa quer que o Governo imite a Stellantis na execução do PRR.

passam também pela descarbonização de toda a sua cadeia de valor”, acrescenta.

O evento de ontem serviu, ainda, para assinalar publicamente, de forma simbólica, a entrega das primeiras unidades dos 719 veículos elétricos, produzidos em Mangualde, e que vão equipar diversas entidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Em causa estão 300 veículos Peugeot E-Rifter e 419 Citroën ë-Berlingo, mais 600 estações de carregamento, destinadas a eletrificar a frota das cinco Administrações Regionais de Saúde e de sete Unidades Locais. Vão servir unidades de cuidados continuados de apoio domiciliário do SNS.

Carlos Tavares, CEO da Stellantis, assumiu-se “particularmente satisfeito” pela escolha da empresa pelo Ministério da Saúde para a eletrificação da sua frota, assumindo que a Stellantis “está profundamente comprometida com Portugal, na produção industrial, na criação de empregos e na geração de valor”.

O português que lidera o grupo não poupou elogios à unidade produtiva de Mangualde e aos 900 colaboradores que nela trabalham. “Estamos a testemunhar um importantíssimo virar de página nesta unidade fabril, que consegue estar

na linha da frente em termos de inovação”, frisou. Esta é “uma das melhores fábricas a nível mundial”, em qualidade e eficiência, sendo ainda uma “referência” entre as 90 fábricas do grupo Stellantis.

A unidade industrial conta com 400 fornecedores, sendo que um terço das peças que monta nos seus veículos é produzido em Portugal e outro terço na Galiza. As restantes vêm de outros países europeus.

Uma fábrica que, para o ministro da Economia, “representa tudo o que devemos replicar” em todos os

outros setores. “Trata-se de um projeto voltado para a exportação e, consequentemente, voltado para o futuro. Adicionalmente, integra toda a cadeia de valor e de tecnologia. Este é sem dúvida um projeto que deve servir de exemplo. Aqui em Mangualde estamos a dar sustentabilidade à nossa economia. É disto que nós precisamos”, sublinhou Pedro Reis.

Já o Presidente da República desafiou o Governo a imitar a Stellantis na execução do PRR. “Estava a ouvir o presidente [da Stellantis], Carlos Tavares, e o ministro da Economia, que é também fogueiro, e estava a dizer comigo mesmo: da mesma maneira que com a Stellantis foi possível ter, em relação à agenda mobilizadora, 51% de cumprimento em um ano, é preciso que o PRR, todo ele, a taxa de cumprimento se aproxime dos 51% e os ultrapasse rapidamente, que não temos todo o tempo do mundo”, salientou Marcelo Rebelo de Sousa. E acrescentou: “O Estado tem de pôr os olhos na Stellantis de tal maneira que em todos os setores onde o dinheiro está disponível ou vai estar mais disponível, ele possa chegar aos destinatários finais, aos beneficiários finais que são os portugueses”.

ilidia.pinto@dinheirovivo.pt

522 milhões de euros de impostos em falta

As inspeções a empresas e particulares acompanhadas pela Unidade de Grandes Contribuintes (UGC) resultaram em correções que correspondem a cerca de 522 milhões de euros de imposto em falta, de acordo com o *Relatório do Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras* de 2023, ontem divulgado.

Ao longo do ano passado foram concluídas 234 inspeções junto destes contribuintes, a que se somaram procedimentos relacionados com controlo de reembolsos de IVA e controlo de particulares de elevada capacidade patrimonial, através do mecanismo de troca automática de informações com outros países.

Em 2022, este tipo de procedimentos resultou na deteção e correção de cerca de 700 milhões de euros de impostos em falta.

IRC, IVA, Imposto de Selo e IRS foram os impostos que dominaram o volume de correções registadas, parte das quais de forma voluntária pelos contribuintes.

As correções resultaram, sobretudo, do regime de exclusão de menos-valias com transmissão de instrumentos de capital próprio de entidades sediadas em “paraísos fiscais” e também da utilização indevida de benefícios fiscais. Estas duas situações responderam, respetivamente, por 155 milhões e 26 milhões de euros das correções registadas.

A utilização indevida da cláusula geral antiabuso e o regime da imputação de rendimentos de entidades não-residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (“paraísos fiscais”), foram outros dos mecanismos que levaram à deteção e correção dos valores de imposto.

O número de grandes contribuintes que em 2023 eram acompanhados pela UGC ascendeu a 5053, subindo face aos 4818 contabilizados em 2022. A subida ficou apenas a dever-se ao número de contribuintes coletivos, que aumentaram de 3216 para 3451, já que número dos particulares se manteve nos 1602. DN/DV/LUSA

Serão oito os modelos 100% elétricos a produzir na fábrica de Mangualde, nas versões de passageiros e comerciais ligeiros de várias marcas do grupo.

A desinflação avança, mas cortar juros vai ser “um passo de cada vez”

FÓRUM DO BCE Lagarde revelou, em Sintra, que em junho houve “confiança” para fazer um primeiro corte nas taxas, mas que agora é preciso refletir outra vez sobre se dá para continuar.

TEXTO **LUÍS REIS RIBEIRO**

A Zona Euro já está “muito adiantada” no caminho de redução dos preços, que deve convergir para a meta oficial de inflação de 2%, o chamado “processo de desinflação”, mas a rota das reduções de taxas de juro tem de ser “avaliada e reavaliada constantemente”, “tem de ser um passo de cada vez”, declarou Christine Lagarde, a presidente do Banco Central Europeu (BCE), no Fórum anual organizado por esta instituição, em Sintra.

No painel de debate de ontem sobre política monetária, que reuniu três banqueiros centrais – a própria Lagarde, Roberto Campos Neto (governador do BCB - Banco Central do Brasil), e Jerome Powell (presidente da FED - Reserva Federal dos Estados Unidos) – a chefe do BCE declarou que, no que concerne ao caso da Zona Euro, “estamos muito adiantados no processo de desinflação”.

Ou seja, as pressões sobre os preços estão a reduzir-se de forma evidente, *idem* até no caso de pressões de segunda ordem como nos salários e nos lucros das empresas, que deixaram de ser uma ameaça mais grave e latente (como foram durante meses).

Ainda assim, Lagarde disse na

véspera, na abertura do Fórum BCE, que “ainda enfrentamos várias incertezas quanto à inflação futura, em particular em termos de como evoluirá o nexo entre os lucros, os salários e a produtividade e no que toca à possibilidade de a economia ser afetada por novos choques do lado da oferta”.

“Levará algum tempo até dispormos de dados suficientes para termos a certeza de que os riscos de uma inflação superior ao objetivo se dissiparam”, insistiu.

Em todo o caso, tudo considerado, foi esse avanço no processo de “desinflação” que deu “confiança” ao BCE para, finalmente, reduzir taxas de juro em 0,25 pontos percentuais (de níveis máximos históricos) no início de junho (a taxa de depósito, a nova referência de taxa principal, caiu de 4% para 3,75%). Foi a primeira descida em quase dois anos de aumentos severos e repetidos.

Ontem, o Eurostat revelou que a inflação da Zona Euro voltou a cair ligeiramente de 2,6% em maio para 2,5% em junho (variação homóloga). Compara com o máximo histórico da Zona Euro de 10,6% em outubro de 2022. Expurgando as componentes de bens de energia e alimentares, também diminuiu,

mas o nível continua a ser mais elevado, fixou-se em 2,8% em junho.

No debate, Lagarde comentou o valor da inflação de junho, que classificou de “positivo” (desceu uma décima face a maio), mas repetiu o que já vem dizendo há semanas: que o caminho até ao final deste ano, pelo menos, “vai ser acidentado”.

“Um passo de cada vez”

No entanto, mal falou no sucesso do processo de desinflação, Lagarde

“Necessitamos de ver os lucros das empresas a absorver os aumentos salariais” para haver mais tranquilidade e certezas quando ao passo seguinte nos preços gerais da economia e, ato contínuo, nas taxas de juro.

de quis conservar o registo “água na fervura” a que já acostumou a Zona Euro e disse imediatamente que a descida de taxas de juro por parte do BCE “não é um processo linear, nem tem um caminho pré-determinado, é um passo de cada vez”, um processo que “exige constantemente avaliações e reavaliações” de acordo com os novos dados que forem surgindo.

No mesmo debate, a líder do BCE reiterou que a inflação do euro “está a ir na direção certa”, ao contrário do que disse o seu colega Powell, da FED, desvalorizou a importância da inflação no setor dos serviços, referindo que esta não tem sofrido grandes alterações e que o BCE “não precisa que a inflação dos serviços esteja em 2%” para se sentir confiante em prosseguir a sua missão.

“Obviamente, não precisamos que a inflação nos serviços esteja em 2% porque a inflação dos bens da indústria transformadora está abaixo dos 2% e, no final do dia, isso levará a um equilíbrio entre bens e serviços”, atirou Lagarde, tendo em mente que a inflação dos bens industriais (sem energia, claro) está atualmente nos 0,7%, segundo o Eurostat. E abaixo dos 2% desde janeiro deste ano.

Também acrescentou que “necessitamos de ver os lucros das empresas a absorver os aumentos salariais” para haver mais tranquilidade e certezas quando ao passo seguinte nos preços gerais da economia e, ato contínuo, nas taxas de juro.

Até agora, como explicou na segunda-feira a líder do BCE, as pressões salariais, que chegaram a ser temidas como um grande problema para domar a inflação, estão a ser acomodadas pelas empresas, pois os lucros destas são elevados, ao passo que os salários reais (mesmo que subam) são relativamente baixos.

Ou seja, a resiliência do mercado laboral advém desta capacidade de as empresas “acumularem” uma força de trabalho (pessoas) que aceita ganhos salariais de poder de compra (os ganhos reais) relativamente baixos, apesar do contexto agreste em termos de taxas de juro e de custo de vida agravado, sobretudo desde o início de 2022.

luis.ribeiro@dinheirovivo.pt

BREVES

TAP espera 2.º trimestre “muito melhor”

O presidente da TAP, Luís Rodrigues, disse ontem que os resultados da companhia aérea no 2.º trimestre serão “muito melhores” do que os do 1.º e que está muito otimista em relação à operação do verão.

A TAP comunicou prejuízos de 71,9 milhões de euros no 1.º trimestre, um agravamento face ao resultado líquido negativo de 57,4 milhões no mesmo período do ano passado. Questionado sobre o processo de privatização da TAP, à margem da 27.ª Conferência ATRS (Air Transport Research Society), em Lisboa, o responsável garantiu que a companhia está preparada para qualquer cenário. “Eu acho que o senhor ministro das Infraestruturas tornou público há pouco tempo que em setembro haveria novidades sobre a TAP”, apontou Luís Rodrigues, adiantando que não falou com o Governo sobre este processo.

Ajuda estatal de 45 milhões para comboios

A Comissão Europeia deu ontem “luz verde” a ajudas estatais portuguesas, de subvenções de 45 milhões de euros até 2029, para incentivar a transferência do transporte rodoviário de mercadorias para a ferrovia, visando um modelo menos poluente. “O objetivo do regime é promover a transferência modal do transporte de mercadorias para o caminho de ferro, que é um modo de transporte mais ecológico, e está em conformidade com os objetivos da Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente da Comissão e do Pacto Ecológico Europeu”, refere a instituição em comunicado. A Comissão Europeia argumenta que o regime cria incentivos “na oferta de preços mais baixos” e é “proporcionado, uma vez que se limita ao mínimo necessário e tem um impacto limitado na concorrência e no comércio entre os Estados-membros”.



Hoje será o último dia do Fórum do BCE, em Sintra, uma iniciativa liderada por Christine Lagarde.

DIREITOS RESERVADOS / BANCO CENTRAL EUROPEU

Orbán pede cessar-fogo em visita a Kiev que não apaga anos de tensão com Zelensky

UCRÂNIA O primeiro-ministro húngaro, que assumiu a presidência rotativa da UE, é considerado o aliado europeu mais próximo de Vladimir Putin, estando sempre a colocar entraves no apoio aos ucranianos ou às sanções contra os russos.

TEXTO **SUSANA SALVADOR**

Após meses de negociações e apenas um dia depois de ter assumido a presidência rotativa da União Europeia, o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, esteve ontem em Kiev. Considerado o mais próximo aliado europeu do presidente russo, Vladimir Putin, e um dos principais obstáculos aos esforços dos 27 de ajudar a Ucrânia, Orbán defendeu um cessar-fogo que abra as portas a uma negociação de paz. Um encontro com o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, que não apaga os anos de tensão entre ambos.

“Pedi ao presidente que considere a possibilidade de reverter a ordem, e acelerar as negociações de paz com um rápido cessar-fogo”, disse Orbán, referindo-se ao plano de paz de Zelensky e às propostas da cimeira do mês passado da Suíça – iniciativas que considera “lentas e complicadas” por causa das regras da diplomacia internacional. “Um cessar-fogo com um prazo determinado daria uma oportunidade para acelerar as negociações de paz”, acrescentou o chefe do Governo húngaro, dizendo-se “grato” pelas “respostas honestas” do presidente ucraniano.

Zelensky tinha prestado declarações primeiro, pelo que não se sabe qual terá sido a sua reação à proposta de cessar-fogo de Orbán. Contudo, Kiev tem sido contrária a qualquer iniciativa nesse sentido, considerando que só iria beneficiar a Rússia ao dar-lhe tempo para reagrupar e preparar um ataque que ainda maior contra a Ucrânia. Zelensky, que insistiu apenas na ideia de uma “paz justa” para o seu país, considera a retirada das tropas russas do território ucraniano como um requisito prévio para essa paz.

Orbán deixou claro que a visita a Kiev, a primeira de um chefe de Governo húngaro em 12 anos, ocorreu ao abrigo da presidência rotativa do Conselho da União Europeia, considerando que “o tema da paz é importante não apenas para a Ucrânia, mas para a segurança da Europa como um todo”. O primeiro-ministro húngaro é um dos poucos líderes europeus a ter-se encontrado com Putin desde a invasão russa. Foi em outubro



Orbán e Zelensky posam para os fotógrafos antes do início da reunião em Kiev.

AFP / ZOLIAN FISCHER / GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO HUNGARO

do ano passado, em Pequim. O Kremlin disse ontem que o nacionalista é um homem que “defende firmemente os interesses do seu país” e que não esperava que saísse nada da reunião de Orbán com Zelensky.

Ao nível dos 27, Budapeste tem sido uma pedra no sapato de Kiev, tendo já usado o seu poder de veto para atrasar o apoio à Ucrânia. Orbán também se opôs à abertura das negociações para a adesão do país à União Europeia, mas no final o primeiro-ministro optou por sair da sala do Conselho Europeu na hora da votação para não pôr em causa a unanimidade requerida, mas também não se comprometer. Além disso é um crítico das sanções europeias contra Moscovo – já foi aprovado o 14.º pacote – e não autoriza que a fronteira entre Hungria e Ucrânia seja usada para enviar armas para Kiev. Zelensky não insistiu, como é habitual junto dos aliados, num pedido de mais armas, limitando-se a

pedir a manutenção “a um nível suficiente” da assistência militar da Europa.

As relações tensas entre os dois países não são de agora, com um foco logo em 2017. Nesse ano, Kiev aprovou uma lei que visava combater a influência russa, mas que

acabou também por atingir a minoria étnica húngara (que vive principalmente na região da Transcarpátia). Esta viu-se privada de usar a sua língua nas escolas e na Administração Pública – as mudanças entretanto aprovadas para aproximação às leis europeias já suavizaram esses entraves.

Se a situação entre os dois países não era boa, entre os dois líderes não é muito melhor – Orbán está mais próximo de Putin. Após a sua reeleição em 2022, o líder húngaro disse que Zelensky era um “opositor” que tinha derrotado. O presidente ucraniano tinha-o criticado pela falta de apoio à Ucrânia no início a invasão russa. Em dezembro, veio a público um vídeo em que mostrava os dois num momento de tensão à margem da tomada de posse do novo presidente argentino, Javier Milei. Zelensky falou numa conversa “franca” sobre o não-apoio da Hungria à adesão da Ucrânia à UE. Na semana passada, outro mo-

Presidente ucraniano insistiu na ideia de uma “paz justa” para o seu país no diálogo com o líder húngaro, não se sabendo o que disse sobre a proposta de cessar-fogo.

Rússia alega ter destruído sete caças

A Rússia alegou ontem ter danificado ou destruído sete caças ucranianos de fabrico soviético num ataque na segunda-feira a uma base aérea perto de Mygorod. Cinco dos SU-27 estavam operacionais e outros dois estavam a ser alvo de reparações. Este revés, que não foi confirmado oficialmente pelas autoridades ucranianas, surge numa altura em que a Ucrânia se prepara para receber os primeiros caças F-16 de fabrico norte-americano fornecidos pelos Países Baixos, pela Bélgica e pela Dinamarca. E levanta a questão da capacidade dos ucranianos de os protegerem, após anos de espera (primeiro pela autorização de Washington e depois pelo fim da formação dos seus pilotos). “Enquanto a Ucrânia aguarda pelos F-16, a questão de garantir a sua segurança em terra permanece”, indicou ontem o *think tank* Defense Express, sediado na Ucrânia.

mento de tensão à margem da Cimeira Europeia.

Em Kiev, Orbán disse querer “uma relação muito melhor” com a Ucrânia e querer “deixar para trás as discussões do passado”. Não é claro que o tenha conseguido. No resumo do encontro, que publicou na rede social X, Zelensky falou de uma discussão “dos temas fundamentais” entre os dois países vizinhos, sobre comércio, cooperação transfronteiriça, infraestrutura e energia. E de questões da “esfera humanitária” que afetam as vidas dos cidadãos de ambos.

“O conteúdo do nosso diálogo sobre todos estes tópicos pode formar a base para um novo documento bilateral, que regulará todas as nossas relações, será baseado numa abordagem recíproca às relações bilaterais entre a Ucrânia e a Hungria e permitirá que os nossos povos desfrutem de todos os benefícios da unidade na Europa”, indicou Zelensky.

susana.f.salvador@dn.pt



Novo primeiro-ministro (à direita) diz adeus a Mark Rutte, após este lhe passar o testemunho.

Schoof, o líder neerlandês na sombra de Wilders

PAÍSES BAIXOS Primeiro-ministro terá que lidar com quatro diferentes partidos, a começar pela extrema-direita que venceu as Legislativas.

TEXTO **SUSANA SALVADOR**

Quase um ano após o colapso da coligação que apoiava Mark Rutte e 223 dias depois da vitória do partido de extrema-direita de Geert Wilders nas Eleições Legislativas neerlandesas, os Países Baixos têm um novo primeiro-ministro e um novo Governo. Não foi o polémico líder do Partido pela Liberdade (PVV) que prestou juramento diante do rei Guilherme Alexandre – nem sequer ficou com uma pasta ministerial –, mas Dick Schoof terá dificuldades em sair da sua sombra. E, à frente de uma coligação de quatro partidos, são muitos os que questionam quanto tempo durará o Executivo mais à direita do país.

“Estou desejoso de começar a trabalhar como primeiro-ministro. Por uns Países Baixos seguros e justos com Segurança Social para todos. Sou a favor do controlo da imigração, de manter o diálogo, de fazer escolhas e ser claro sobre elas. Podem contar comigo”, escreveu Schoof, de 67 anos, publicando no X uma foto com o rei. Depois houve a passagem de testemunho do até então primeiro-ministro Mark Rutte – que ao fim de quase

12 anos no poder se prepara para ser secretário-geral da NATO – e o primeiro Conselho de Ministros.

Schoof, antigo líder dos Serviços de Informação neerlandeses e sem filiação partidária atual (já foi dos trabalhistas), foi o escolhido pela coligação de quatro partidos para liderar o Governo. Isto depois de ser acordado que nem Wilders (cujas posições anti-Islão e antieuropeias são consideradas demasiado radicais para liderar o país), nem nenhum dos líderes dos outros três partidos da coligação fariam parte do Governo. Mas isso não significa que Wilders não tenha uma voz ou força no Executivo. “Estou sem partido, não me vejo a curvar diante do Sr. Wilders”, disse Schoof, tentando afastar a ideia de que ficará na sombra do líder da extrema-direita.

O PVV, que venceu as eleições de 22 de novembro convocadas após o colapso, a 7 de julho, da coligação que apoiava Rutte, tem cinco ministros no novo Executivo. Fica com as pastas do Asilo, Infraestruturas, Assuntos Económicos, Comércio Internacional e Saúde. Os liberais do Partido Po-

cracia (VVD), que Rutte liderou, ficou com as Finanças, Defesa, Clima e Justiça. Os democratas cristãos do Novo Contrato Social, um partido que nasceu há menos de um ano, ficou com os Negócios Estrangeiros, o Interior, a Educação e Segurança Social. E os populistas do Movimento Agricultor-Cidadão ficam com a Habitação e, como não podia deixar de ser, a Agricultura.

O primeiro-ministro “terá muito trabalho em manter conflitos ideológicos e pessoais sob controlo”, disse à AFP a professora de Política na Universidade de Amsterdão, Sarah de Lange, diante de um Governo que está longe de ser coeso e de trabalhar para o mesmo objetivo – apesar do acordo de coligação de 26 páginas intitulado “Esperança, coragem e orgulho”. De Lange considera que Wilders terá muito trabalho em controlar os membros do próprio partido e que dará espaço de manobra a Schoof, mas a dúvida é saber como este reagirá se o líder do PVV o começar a pressionar nas redes sociais – tem 1,4 milhões de seguidores no X.

susana.f.salvador@dn.pt

“Frente republicana” ganha força com 200 desistências

FRANÇA Objetivo é evitar uma maioria absoluta da extrema-direita na segunda volta das Legislativas. Manifestação marcada para hoje em Paris.

Mais de 200 candidatos que passaram à segunda volta das Legislativas francesas, do próximo domingo, desistiram de ir a votos como parte de um esforço da oposição de esquerda e do campo do presidente Emmanuel Macron de impedir uma maioria absoluta da extrema-direita.

A chamada “frente republicana” aposta num frente a frente entre apenas dois candidatos na maioria dos círculos eleitorais em vez de corridas a três onde o voto contra o Reunião Nacional (RN) se podia dispersar. No campo de Macron houve reticências em desistir quando a alternativa era um candidato da esquerda radical da França Insubmissa, de Jean-Luc Mélenchon.

“O único que pode obter a maioria absoluta é o Reunião Nacional. Isto deve ser evita-

do”, insistiu ontem o primeiro-ministro Gabriel Attal, em referência ao partido de Marine Le Pen. O RN aposta tudo em conseguir essa maioria, com a própria Le Pen a defender que é a única forma de formar Governo com Jordan Bardella como primeiro-ministro.

“No domingo, vamos todos votar contra o único extremo que existe”, escreveu nas redes sociais Aya Nakamura, a cantora de língua francesa mais ouvida do mundo. Um coletivo de cerca de 20 rappers também lançou uma música de protesto com o título: *Não passarão*. Uma canção que foi criticada por Bardella, que denunciou os apelos à morte e a misoginia violenta. Para hoje está marcada uma manifestação na Praça da República contra a extrema-direita.

DN/AFP

Netanyahu rejeita “canto da sereia do derrotismo”

ISRAEL Primeiro-ministro insiste que guerra só acaba quando forem alcançados todos os objetivos. Bombardeamentos seguem no sul da Faixa de Gaza.

O primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, afirmou ontem que não quer “sucumbir ao canto da sereia do derrotismo”, insistindo que a guerra na Faixa de Gaza terminará quando todos os seus objetivos tiverem sido alcançados.

Israel prometeu “aniquilar” o Hamas, que detém o poder em Gaza desde 2007, após o ataque terrorista de 7 de outubro de 2023, que causou a morte de cerca de 1200 pessoas, a maioria civis. Israel quer também libertar os 116 reféns que ainda estarão nas mãos do Hamas – 42 deles já mortos, segundo o Exército israelita.

Reagindo a declarações anónimas que, segundo disse, foram reproduzidas no jornal *The New York Times*, indicando que Israel estava pronto

para terminar a guerra sem ter atingido os seus objetivos, Netanyahu disse que tal “não vai acontecer”. E insistiu, segundo um comunicado do seu gabinete: “Não vamos sucumbir ao canto da sereia do derrotismo. A guerra terminará quando Israel tiver atingido todos os seus objetivos, incluindo a destruição do Hamas e a libertação de todos os reféns.”

Milhares de palestinianos fugiram ontem do sul da Faixa de Gaza – segundo a ONU, cerca de 80% da população do enclave está deslocada. Israel ordenou novas evacuações em torno de Khan Yunis e retomou os bombardeamentos em resposta a um ataque de *rockets* reivindicado pela Jihad Islâmica palestiniana, aliadas do Hamas.

DN/LUSA



Opinião Patricia Akester

Julian Assange: o controverso legado de um Prometeu moderno

Na mitologia grega, Prometeu (“aquele que vê antes”) foi o titã que desafiou a autoridade de Zeus ao roubar o fogo do Monte Olimpo, entregando-o à humanidade para que esta ultrapassasse o estado de ignorância em que vivia. De maneira semelhante, mas com resultados controversos, Assange, disseminou milhares de documentos confidenciais na internet, trazendo à luz verdades que não se destinavam ao público em geral. Armado com a tecnologia digital do século XXI, o jornalista emergiu no cenário global com a fundação do WikiLeaks, um *website* que se transformou numa fonte de revelações, abalando governos e instituições militares.

A desobediência de Prometeu a Zeus pode ser interpretada como um nobre acto de resistência ou como mera decorrência de húbri, arrogância ou soberba. Fruto dessa dualidade, o titã simboliza inovação e transgressão; iluminação e rebelião. De forma semelhante, Julian Assange é alvo de percepções distintas: para uns, um herói que revelou corajosamente verdades escondidas, iluminando recantos sombrios; para outros, uma ameaça à integridade e à segurança do Estado.

Assim como Prometeu, que foi severamente punido por Zeus (o titã foi acorrentado no cume do monte Cáucaso e castigado eternamente pela sua audácia), Assange enfrentou drásticas consequências pela sua ousadia. Começou por buscar refúgio na embaixada do Equador em Londres, permanecendo exilado durante sete anos para se esquivar a qualquer tentativa de extradição, seguindo-se cinco anos de prisão em solo britânico. Num distante eco da tortura mitológica, Assange foi submetido a confinamento solitário extremo na prisão (de segurança máxima) de Belmarsh, condição que desgastou profundamente a sua saúde física e mental.

Nils Melzer, relator especial da ONU para a tortura, chegou à conclusão, após uma investigação oficial, de que o principal objectivo do caso Assange “não é – e nunca foi – puni-lo pessoalmente, mas sim estabelecer um precedente genérico que desencoraje globalmente outros jornalistas, publicistas e activistas.” Segundo Melzer, a abordagem adoptada contra Assange buscou não apenas silenciá-lo como indivíduo, mas também instaurar um clima de temor e de reticência, reflectindo uma batalha de fundo mais complexa.

Em bom rigor, o intrincado processo de ex-

tradição de Assange não surge qual simples litígio, mas verdadeiro areópago, remoinho do antigo tribunal de Atenas, onde se confrontam dois colossos: de um lado a liberdade de imprensa; do outro, a integridade e a segurança nacionais.

Importa sublinhar que este duelo de princípios está contemplado no Artigo 10 da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, preceito que (i) consagra a liberdade de opinião e a liberdade de receber ou transmitir informações ou ideias sem interferência de autoridades públicas e independentemente de fronteiras, (ii) admitindo que o exercício dessas liberdades possa ser sujeito a certas restrições, desde que estas sejam necessárias numa sociedade democrática, para a protecção da segurança nacional, da integridade territorial ou da segurança pública etc.

Ou seja, o desafio em causa não se confina ao caso Assange, obrigando qualquer Estado liberal a manter um equilíbrio constante entre a salvaguarda dos valores que devem reger uma sociedade democrática e a imperiosa necessidade de proteger os seus cidadãos.

No âmbito deste complexo quadro jurídico, em Março deste ano foi concedido a Assange o direito de recorrer da decisão de extradição para os EUA. Os argumentos avançados pela equipa de defesa de Assange basearam-se essencialmente nos seus direitos fundamentais, nomeadamente no receio de que, uma vez extraditado para os EUA, Assange pudesse enfrentar acusações adicionais e ser consequentemente sujeito à pena de morte.

Em finais de Junho, o fundador do WikiLeaks selou um acordo com o governo dos EUA, nas Ilhas Marianas do Norte, declarando ter violado a Lei de Espionagem dos EUA. Encerrou-se assim um capítulo tumultuoso da sua vida, marcado por anos de asilo político, encarceramento e batalhas jurídicas, levantando-se, simultaneamente, questões pertinentes no que toca ao futuro do jornalismo de investigação.

No âmbito de eventos recentes, a figura de Assange emergiu novamente como figura polarizadora: para alguns, Assange permanece como herói destemido que actuou em nome da busca pela verdade; para outros, simboliza um agente do caos que ameaçou levemente a segurança nacional.

Esta diferença de opinião transpareceu ao longo dos anos entre os próprios jornalistas que oscilaram entre aplausos pela sua coragem (foi-lhe atribuído um Walkley pelo seu



EPA / LUKAS COCH



O caso Assange desafia-nos a reflectir sobre a tensão entre liberdade e segurança, actuando também como catalisador para um debate mais alargado (que bem falta fazer) sobre os valores (raízes profundas que nos sustentam) e princípios (as normas que advêm desses valores) que desejamos priorizar e proteger, como indivíduos e como Nação.”

contributo meritório para o jornalismo (*Outstanding Contribution to Journalism*) e críticas pela metodologia utilizada por Assange. O *New York Times*, por exemplo, reduziu-o conceptualmente, em 2019, a mera fonte, não o caracterizando como jornalista.

Independentemente de como se veja Assange – herói ou vilão – a sua saga lembra de forma potente, numa era de elevadas dificuldades de foro geopolítico, que a verdade tanto pode ser escudo como espada. Perante ameaças transnacionais, a protecção de certas informações pode configurar-se como essencial para a segurança colectiva. O desafio reside em encontrar um equilíbrio entre pilares democráticos (como a liberdade de imprensa) e a segurança nacional, conceitos que não podemos simplesmente ignorar.

O caso Assange desafia-nos a reflectir sobre a tensão entre liberdade e segurança, actuando também como catalisador para um debate mais alargado (que bem falta fazer) sobre os valores (raízes profundas que nos sustentam) e princípios (as normas que advêm desses valores) que desejamos priorizar e proteger, como indivíduos e como Nação.

Nota: A autora não escreve de acordo com o novo acordo ortográfico

Patricia Akester é fundadora de GPI/IPO, Gabinete de Jurisconsultoria e Associate de CIPIL, University of Cambridge



Opinião Jan Zielonka

George Orwell e o novo normal da Europa

O partido de extrema-direita de Marine Le Pen ganhou a primeira volta eleitoral em França. Bem-vindos a uma Europa que George Orwell teria reconhecido.

Está a circular nas “redes sociais” uma imagem de George Orwell. Está a ler um livro intitulado *2024* e parece chocado, senão aterrorizado. A situação é realmente tão má? Poderá o livro *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro* de Orwell, publicado pela primeira vez em 1949, ser um guia para os dias de hoje?

Poderíamos suspeitar que a integração europeia não morreu desde o *Brexit* e a ascensão ao poder de políticos soberanistas como Giorgia Meloni, Viktor Orbán e Robert Fico, em Itália, Hungria e Eslováquia, respetivamente. Poder-se-ia acrescentar que as recentes eleições para o Parlamento Europeu deram, mais uma vez, uma clara maioria aos partidos de centro-esquerda e centro-direita. Alguns poderão até argumentar que os políticos populistas canalizam melhor as esperanças e os medos das “pessoas comuns” do que os liberais.

No entanto, não se pode negar, e é aqui que Orwell se destaca, que a narrativa e a prática da política mudaram dramaticamente em toda a Europa, independentemente de quem está no poder nas várias capitais. As normas e comportamentos liberais estão em declínio e as alternativas iliberais e nativistas estão em expansão.

Ontem e hoje

Após a queda do Muro de Berlim, os partidos vencedores das eleições na Europa valorizaram os valores liberais: liberdade, tolerância, justiça, inclusão, moderação e autocritica. Não apenas a democracia, mas também o Estado de Direito e os Direitos Humanos foram valorizados. As fronteiras abertas para capitais, bens, serviços e pessoas foram consideradas uma oportunidade e não uma ameaça.

Os factos históricos e científicos não foram amplamente contestados e os grandes meios de comunicação recusaram-se a transmitir opiniões ultrajantes, mesmo à custa do lucro e do entretenimento. A tolerância cultural e a neutralidade religiosa foram tomadas à letra. As organizações não-governamentais que faziam campanha por causas sociais, humanitárias ou ecológicas eram vistas como aliadas na sustentação da ordem liberal. O multilateralismo, baseado na igualdade, inclusão, confiança e cooperação, foi considerado um meio de garantir a paz e a prosperidade.

A integração europeia foi a joia do projeto liberal. A União Europeia, personificação da integração, foi considerada um instrumento eficaz para lidar com a globalização, uma experiência corajosa de democracia transna-

cional, uma forma inteligente de estabilizar vizinhos e um veículo para fortalecer a posição global da Europa.

Talvez nunca tenhamos vivido o “fim da história” proclamado por Francis Fukuyama pouco antes da queda do muro, mas o consenso liberal uniu os partidos dominantes de centro-esquerda e centro-direita em toda a Europa. Hoje, os valores liberais são contestados ou mesmo abandonados, não apenas pelos partidos marginais, mas também pelos membros da corrente dominante e pelos seus eleitorados.

A nova narrativa

A nova narrativa é principalmente sobre o “interesse nacional”, fronteiras seguras, proteção dos “nossos” produtores e raízes religiosas. A globalização, o multiculturalismo, o multilateralismo e a integração europeia estão sob ataque. Fora de moda estão os Direitos Humanos e os direitos dos membros das comunidades minoritárias. A ecologia, o sindicalismo e mesmo o feminismo são agora vistos como movimentos radicais, senão militantes, que deveriam ser ignorados, senão domesticados, pela corrente principal.

A “lei e a ordem” são agora a prioridade, não o Estado de Direito. As discussões centram-se em como se preparar para a guerra e não para a paz. Os políticos competem pelo prémio de melhor demagogo, em vez de melhor negociador. Os inimigos do Estado incluem juízes e ativistas da sociedade civil, outrora celebrados pelos liberais. Homens uniformizados, e às vezes de sotaína, estão a recuperar importância.

A nova narrativa é seguida de ação. O punho de ferro do Estado é aplicado cada vez mais frequentemente, não apenas contra pessoas em movimento, mas contra ONG que tentam ajudá-las. As comunidades LGBT+ e os ambientalistas são monitorizados pelas agências de segurança e assediados de diversas formas. As emissoras públicas que tentam manter a independência estão a ser despedidas ou marginalizadas.

Não estou a falar aqui da China ou da Rússia, mas de Estados-membros da UE, alguns governados por partidos liberais. Na Polónia, sob um Governo liderado pelo antigo presidente do Conselho Europeu, o autoproclamado liberal Donald Tusk, está a ser debatida uma nova lei que poderá dar aos soldados “uma licença para matar” indivíduos que tentem atravessar a fronteira vindos da Bielorrússia. O facto de o anterior Governo polaco ter sido ainda pior oferece pouco consolo.

Argumentos e explicações

Esta imagem é muito nítida, muito preto e branco? Afinal de contas, os liberais dos partidos de centro-esquerda e centro-direita que governaram a Europa pós-1989 pregaram uma coisa e fizeram outra. O Iraque foi invadido em nome da “liberdade” e a busca zelosa da sua suposta variante económica (especialmente na Europa Central e de Leste) retirou poder a muitos trabalhadores comuns.

Além disso, hoje em dia, nem todos os políticos iliberais estão preparados para disparar sobre potenciais requerentes de asilo – Meloni é um bom exemplo, apesar das raízes neofascistas do seu partido. Poderíamos também argumentar que sempre houve algum racismo oculto no eleitorado europeu, e a principal diferença é que hoje os xenófobos encontram a sua voz através das “redes sociais” criadas pela internet. Alguns podem até atribuir o nacionalismo renascente e a intolerância religiosa à amnésia cultural dos liberais.

Além disso, não podemos ignorar o ressurgimento da Rússia imperialista, porque o medo da guerra faz com que as pessoas cerrem fileiras e valorizem a segurança mais do que qualquer outra coisa. A guerra híbrida que a Rússia está a travar provavelmente explica por que razão 67% dos polacos apoiam agora rejeições ilegais na fronteira. As “fronteiras abertas” não surgem sem custos: as importações provenientes de Estados que desrespeitam as normas laborais e de segurança não estão a “matar” os nossos próprios produtores? O trabalho migrante barato não prejudica os direitos dos trabalhadores nacionais?

Todos estes argumentos e explicações são legítimos para a nova retórica e a nova política. A transformação em si não pode, contudo, ser contestada. As perceções do que é bom e mau, verdadeiro ou falso, normal e anormal mudaram. O que costumava ser ultrajante e inaceitável há alguns anos é agora um novo “normal”. O que nos traz de volta a Orwell e seus demónios.

Os demónios de Orwell

A futura distopia de Orwell não se trata apenas do abuso de poder e dos efeitos da tortura. Trata-se também, senão principalmente, de uma viagem mental de um sistema coerente de valores para um conjunto inteiramente diferente. A autoridade repressiva anónima *Big Brother* de 1984 não quer apenas que as pessoas se comportem como lhes é ordenado, quer que pensem que a guerra é paz, a liberdade é escravidão e a ignorância é força.

Antigamente acreditávamos que todos os seres humanos deveriam desfrutar de um catálogo de Direitos Humanos básicos. Hoje sugere-se que conceder estes direitos aos “migrantes” põe em perigo o bem-estar, a segurança e a cultura. Antigamente acreditávamos que as pessoas deveriam ser livres para praticar as suas tradições e hábitos étnicos, sexuais ou religiosos. Hoje é prescrito um modelo de família, o multiculturalismo é proclamado morto e o Islão é visto como uma ameaça. Antigamente acreditávamos que os direitos dos trabalhadores, a transição verde e o desenvolvimento sustentável eram sinais de sabedoria e modernidade. Hoje estes são pintados como *slogans* ideológicos que beiram a loucura.

Em tempos acreditávamos que, para alcançar qualquer coisa num mundo interdependente, precisávamos de cooperar, senão integrar. Hoje as Nações Unidas são ignoradas e os Estados-membros da UE querem retomar o poder de “Bruxelas”. Antigamente acreditávamos que o desarmamento, a diplomacia e o comércio poderiam garantir a paz. Hoje, uma renovada corrida ao armamento, sanções económicas e ameaças políticas estão na ordem do dia, tudo em nome da mesma “paz”.

“Duplopensar”

É claro que os indivíduos não se apegam necessariamente em exclusivo a um ou outro destes polos opostos. No entanto, Orwell também encontrou uma palavra para descrever isto: “*duplopensar*” era o poder de reter simultaneamente duas crenças contraditórias na mente e aceitar ambas. O *duplopensar* caracteriza frequentemente os liberais que cedem à tentação iliberal, sob a pressão dos acontecimentos ou das exigências do poder.

Poderíamos afirmar que um político liberal inconsequente ainda era melhor do que uma figura iliberal convicta. Receio, no entanto, que para os não-liberais a estratégia seja, como disse Orwell, “despedaçar as mentes humanas e juntá-las novamente em novas formas à sua escolha”.

É isto que a nova normalidade significa na política europeia.

Jan Zielonka é professor de Política e Relações Internacionais na Universidade Ca' Foscari de Veneza e na Universidade de Oxford. O seu último livro intitula-se *The Lost Future and How to Reclaim It* (Yale University Press, 2023).

Diogo Costa

“O menino de ouro” da avó Fernanda que sonhava ser o melhor guarda-redes do Mundo

SELEÇÃO A mãe, Armanda Meireles, falou ao DN sobre o suporte familiar ao novo herói nacional, o primeiro a defender três penáltis na história dos Europeus e assim apurar Portugal para os quartos-de-final.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

Diogo Costa é um “menino de ouro”, que enche de orgulho a família, que prefere resguardar o novo herói nacional mantendo as memórias no seio familiar. Apesar do Mundo do futebol lhe elogiar a técnica, agilidade e o instinto com que se agigantou para defender três grandes penalidades frente à Eslovénia, e apurar Portugal para os quartos-de-final do Euro2024, a mãe, Armanda Meireles, realçou ao DN o lado humano, o caráter, o trabalho e os sacrifícios que o guardião e a família fizeram para que o agora dono da baliza nacional cumprisse o sonho.

“É mesmo como o Diogo disse, é fruto de muito trabalho, desde criança que é muito disciplinado e cumpridor das suas obrigações, fosse em casa ou no treino, e também muito educado, por isso a avó Fernanda chamava-lhe ‘o meu menino de ouro’. É um orgulho enorme vê-lo a cumprir os sonhos dele”, contou a mãe, que por estes dias não é a única com orgulho no filho.

O sonho de Diogo começou no Pinheirinhos Ringe, clube do bairro comunitário antes conhecido como o Bairro do Iraque, em Vila das Aves, de onde não se esperava que saísse nada de bom.

Ele e Vitinha, que o acompanhou no FC Porto e está com ele na seleção, são a prova do contrário. Diogo, filho de emigrantes

portugueses, nascido em Rothrist, na Suíça, a 19 de setembro de 1999, só lá esteve uns meses, o suficiente para passar a ser guarda-redes.

Um dia o treinador Adílio Pinheiro (daí o clube ser o Pinheirinhos de Ringe) disse-lhe que todos tinham de ir pelo menos uma vez à baliza, mas ele era bom de pés e queria era marcar golos. Chegou a casa e queixou-se ao avô Joaquim [Meireles,

que chegou a ser reserva no Desp. Aves nos Anos 70/80], mas dias depois voltou aos treinos todo equipado, de luvas e disposto a deitar-se para o chão.

“Até hoje não tive uma queixa de nenhum treinador ou professor. O Diogo sempre foi muito respeitador e focado no que tinha de fazer. Entregou-se a todos os projetos com muita dedicação, mesmo sacrificando momentos em família. Muitos almoços de Páscoa atrasados à espera que ele viesse de um torneio”, disse a mãe, recordando: “Ele não teve férias como os outros miúdos, as férias dele eram em torneios com o clube ou na seleção, e ele era feliz assim. Eu sei que esta é a realidade de muitos miúdos que querem jogar futebol, mas ele levava a missão a sério.”

Por isso, Armanda fica sensibilizada quando o filho diz que o trabalho compensa tudo e que foi buscar forças à família. E não é apenas a família de sangue, é também aquela que Diogo Costa escolheu: “A Catarina, além de ser uma grande esposa, é uma mãe maravilhosa e dá todo amor e apoio ao meu filho e ao meu neto e estamos muito gratos por ela estar nas nossas vidas.”

O desenho e os milhões

Antes dos treinos havia escola e foi no Instituto N’Alvres que um dia desenhou o futuro. Quando a



Diogo Costa estudou no Instituto Nun’Alvres, em Santo Tirso, e o colégio relembrou esses tempos publicando uma fotografia do guarda-redes em criança.

professora Joana pediu à turma para cada um fazer um desenho sobre o que gostariam de ser quando fossem grandes, o jovem Diogo, então com 8 anos de idade, rabiscou algo parecido com um guarda-redes e a frase: “Que-

ro ser o melhor guarda-redes do Mundo”. Uma preciosidade emoldurada e só à vista “dos de casa”.

“Orgulho é a palavra do meu dia! Meu e de todos os portugueses que vibraram com a forma



As imagens das defesas de Diogo Costa diante da Eslovénia viralizaram e correram o mundo.

OLIVIER MATTHYS / EPA

como levaste mais longe as cores de Portugal. Mas, como sabes, o meu orgulho não é de hoje. Que felicidade em saber que continuas o mesmo menino humilde e lutador. Aquele que, desde cedo, e com o apoio de uma família fantástica, mostrou um sentido de ética e compromisso irrepreensíveis, dentro do campo ou da sala de aula. Muitos parabéns, Diogo! Como sempre, continuarei aqui, de pé, a aplaudir todas as tuas conquistas”, escreveu a professora Joana de Miranda na página do Instituto N’Alvres, horas depois de Diogo Costa tem brilhado no Europeu.

O sonho de ser o melhor do Mundo virou desejo e objetivo com o passar dos anos, assim como a conquista de troféus individuais e coletivos. Aos 24 anos, o sonho do dono da baliza do FC Porto e da seleção nacional está cada vez mais próximo de ser uma realidade.

Em 2023 esteve entre os nomeados da Federação Internacional de História e Estatísticas do Futebol para melhor guarda-redes do mundo, e hoje é o guardião mais valioso do futebol mundial, a par de Donnarumma (PSG), avaliado em 40 milhões de

euros pelo *site* Transfermarkt.

Tem contrato com o FC Porto até 2027 e uma cláusula de rescisão de 75 milhões de euros (que poderá subir para os 100M€). “É um dos maiores ativos e não temos interesse nenhum em nos vermos livres do mesmo, queremos que continue com as cores do FC Porto, que as suas exibições se prolonguem até final do Euro”, disse ontem André Villas-Boas em jeito de aviso aos muitos interessados.

O presidente portista foi menos efusivo nos elogios do que foi o selecionador. “Diogo é o segredo mais oculto do futebol europeu e hoje [segunda-feira] apareceu num patamar diferente, foi incrível na situação do um contra um”, disse Roberto Martínez depois da exibição monstruosa do guardião diante da Eslovénia, que o tornou no único que defendeu três penáltis na história dos Europeus. Uma exibição que ele próprio resumiu numa palavra – “Inexplicável” – numa publicação no Instagram, onde em meia dúzia de horas passou de 386 mil para 641 mil seguidores, depois das imagens das suas defesas viralizarem.

isaura.almeida@dn.pt

França mascarada de candidata que só treme quando pensa em Éder

EURO2024 A equipa não tem deslumbrado, só marcou uma vez de penálti e beneficiou de dois autogolos, mas tem-se revelado sólida q.b.

TEXTO NUNO COELHO

E agora, a França, sexta-feira nos quartos-de-final. Um adversário historicamente complicado, um dos candidatos a vencer o Euro, Vice-Campeão do Mundo, e que, até agora, apenas aquele pontapé maravilhoso de Éderzito num Stade de France pejado de insetos foi capaz de derrubar em jogos oficiais. O certo é que, se Portugal não tem exatamente maravilhado nesta competição – muito longe disso –, a equipa de Didier Deschamps também tem estado longe de apresentar em campo aquilo que o potencial do lote de convocados exigiria.

Nunca se saberá até que ponto a lesão sofrida por Kylian Mbappé logo no jogo inaugural, que o tem obrigado a jogar de máscara devido a uma fratura do nariz, condicionou o contributo que a grande estrela dos *bleus* poderia ter dado nas quatro partidas da equipa gaula até agora na Alemanha, mas o certo é que o balanço, até ao momento, é quase tão excitante como o resultado da primeira volta das eleições parlamentares no país.

Uma vitória frente à Áustria, cortesia de um autogolo, um nulo frente aos Países Baixos (sem Mbappé, é certo), um empate com a Polónia com o único remate certo a aparecer num pontapé de penálti, e novo autogolo a resolver a partida dos quartos com a Bélgica aos 85 minutos: três golos, dois deles na própria baliza e o outro dos 11 metros não é um registo propriamente impressionante. E tudo isto resultou no 2.º lugar no seu grupo atrás dos austríacos, colocando os *bleus* no lado difícil da caminhada até Berlim.

Apesar do domínio visível que teve em todas as partidas até agora, estatisticamente os números não são impressionantes: uma média de 53% de posse de bola (Portugal tem cerca de 65%), 49 remates (dos quais 16 enquadados, contra 50/21 da equipa de Martínez) e três jogos sem sofrer golos (a equipa das quinas só obteve dois). Mas muita qualidade na posse de bola, com mais de 90% de acerto no passe (Portugal está muito perto do registo, com 89%) e segurança defensiva, raramente consentindo oportunidades ao adversário



Mbappé, de máscara, no jogo com a Bélgica.

FRANCK FIFE / AFP

rio (Lukaku que o digna, na forma como foi anulado na partida dos quartos): daí resultou somente um golo sofrido, também ele na concretização de um penálti (Diogo Costa já teve de ir três vezes ao fundo da baliza).

Deschamps começou por aposentar num 4X3X3, com algumas variações, mas perante a Bélgica, uma equipa que esperava mais ofensiva, alterou um pouco as coisas, dispondo o seu onze num 4X3X1X2, com Griezmann a jogar numa posição mais recuada, atrás do duo da frente, e N’Golo Kanté a fechar o lado direito. Acabou por resultar em vitória mas, uma vez mais, sem se poder falar numa atuação deslumbrante, embora sólida – e se há alguma certeza para a partida de sexta-feira em Hamburgo é que Maignan (à baliza), Koundé, Upamecano, Saliba e Theo Hernández vão constituir a defesa no onze de Deschamps. Daí para a frente a única certeza é a ausência de Rabiot, castigado...

Já se os relatos da imprensa gaula que dão conta de algum mal-estar na concentração da equipa – com os jogadores descontentes devido às atitudes do selecionador e a forma como foi feita a preparação – são verdade ou não só se saberá, como sempre, no fim.

Rival maldito

Independentemente de tudo isto, a França é sempre um adversário complicado para Portugal, que ao longo da história apenas bateu os

gauleses seis vezes em 28 jogos realizados (duas nos últimos 50 anos), cinco delas em partidas de caráter particular. A única vitória oficial, como já referido, foi a 10 de julho de 2016 e mesmo assim só obtida no prolongamento com o fabuloso remate de Éder que proporcionou a maior vitória internacional à seleção portuguesa.

No resto, regista-se um rasto de desilusões: a meia-final de Marseille em 1984 (igualmente num Europeu), perdida também no tempo extra, com o golo de Michel Platini aos 119 minutos a fazer o 2-3; a mão de Abel Xavier que resultou no penálti convertido por Zidane (1-2) que afastou a “Geração de Ouro” da decisão no Euro2000; o outro castigo máximo de Zizou que privou Cristiano Ronaldo de jogar uma final de um Mundial em 2006 (0-1); e o duplo confronto na Liga das Nações em 20/21 resolvido com um golo de N’Golo Kanté na Luz, depois de um nulo em França que impediu Fernando Santos de defender o título conquistado no Porto.

A última vez que a equipa das quinas defrontou os *bleus* foi na fase de grupos do último Campeonato da Europa de 2020 (jogado em 2021), em Budapeste, e a coisa até ficou empatada (2-2), com CR7 a bisar dos 11 metros – Portugal acabaria eliminado nos oitavos pela Bélgica de... Roberto Martínez, a França cairia na mesma fase no desempate por grandes penalidades perante a Suíça.

Chelsea quer Nico Williams

O Chelsea está fortemente interessado na contratação do espanhol Nico Williams e disposto a pagar ao Athletic Bilbao os 58 milhões de euros da cláusula de rescisão e a oferecer um ordenado milinário ao futebolista: 15 milhões de euros por época.



Terry sai em defesa de Ronaldo contra a BBC

“BBC, isto é uma vergonha”. Foi desta forma que John Terry, ex-internacional inglês e grande figura do Chelsea, respondeu à legenda infeliz do canal de televisão britânico, que escreveu num óraculo a expressão *Misstiano Penaldo*

após o capitão português ter falhado a grande penalidade no jogo de seg7nda-feiras dos oitavos de final contra a Eslovénia. O comentário, aliás, levantou uma onda geral de indignação nas redes sociais.

Laranja movida a Gakpo acaba com maldição

LIÇÃO Países Baixos não deram hipóteses à Roménia, num jogo onde o avançado do Liverpool brilhou e Malen bisou. Desde 2000 que a seleção neerlandesa não vencia um jogo a eliminar num Campeonato da Europa.

TEXTO **NUNO FERNANDES**

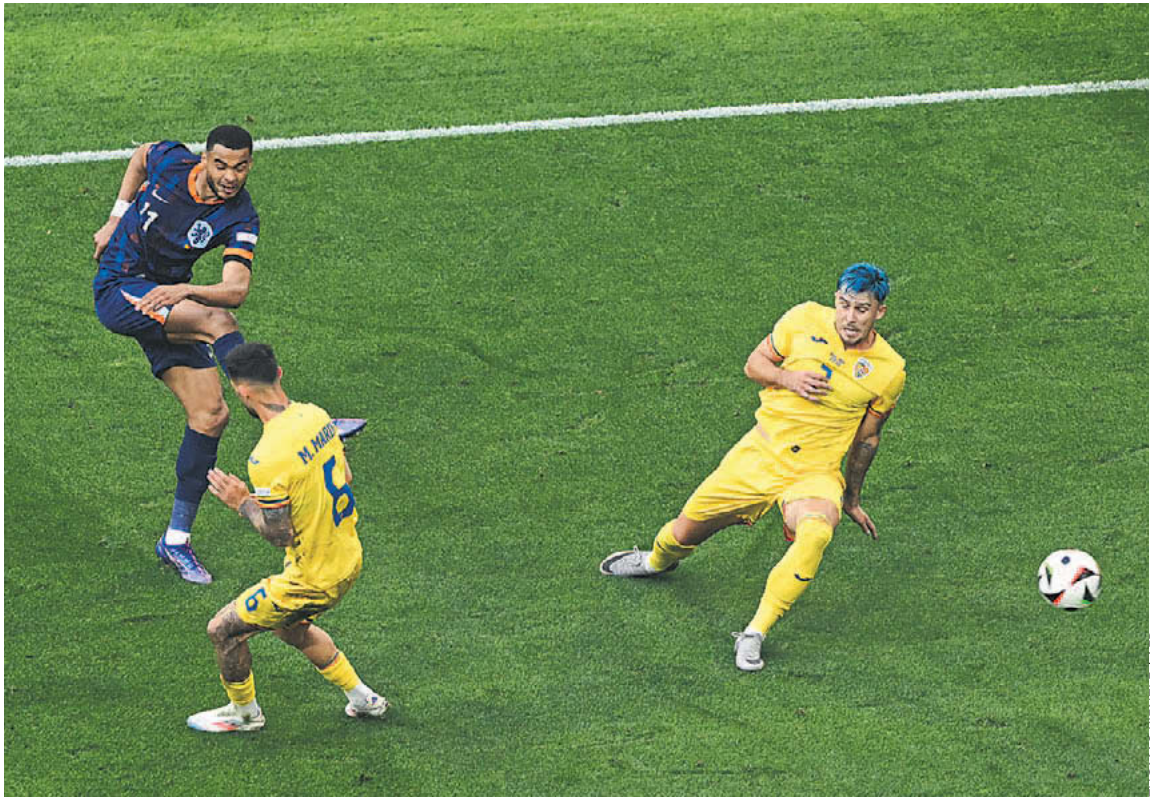
Os Países Baixos venceram ontem a Roménia, por 3-0, e apuraram-se para os quartos de final do Euro2024, num jogo onde foram muito superiores ao adversário, sobretudo na segunda parte, onde podiam até ter construído um resultado mais volumoso. Um triunfo que permitiu ao selecionador Ronald Koeman terminar com a maldição, pois desde 2000 que a seleção laranja não superava um jogo a eliminar num Campeonato da Europa.

A partida teve um furacão chamado Gokpe. O avançado do Liverpool foi sempre um perigo à solta e um

quebra-cabeças para os defesas romenos, que mostraram sempre enormes dificuldades para o travar. O festival de Gakpo começou aos 20 minutos, com um golo num remate forte cruzado, numa jogada que ele próprio construiu do lado esquerdo do ataque laranja. Foi o seu terceiro golo neste Campeonato da Europa.

Se na primeira parte a Roménia ainda deu um ar da sua graça, no segundo tempo mandaram os neerlandeses do princípio ao fim. Gakpo ainda bisou aos 63', mas viu o golo ser anulado por fora de jogo.

Endiabrado, o jogador do Liverpool voltou estar em destaque aos 83', quando após um grande lance



THOMAS KIENZLE / AFP

de insistência, ofereceu o golo a Donyell Malen, que na pequena área só teve que encostar.

O mesmo Malen, que tinha entrado ao intervalo para o lugar de Steven Bergwijn, fez o terceiro no tempo extra, concluindo com êxito uma jogada de contra-ataque.

Foi uma exibição convincente do conjunto orientado por Ronald Koeman, como que a querer

reclamar um lugar entre os potenciais candidatos ao título. E um triunfo que colocou um ponto final numa história que se repetia e que alguns já apelidavam de maldição – os Países Baixos não venciam um jogo a eliminar no Europeu desde a edição de 2000, em casa, frente à Jugoslávia por 6-1. E ontem garantiram a quinta presença da sua história

em quartos de final da prova em sete participações.

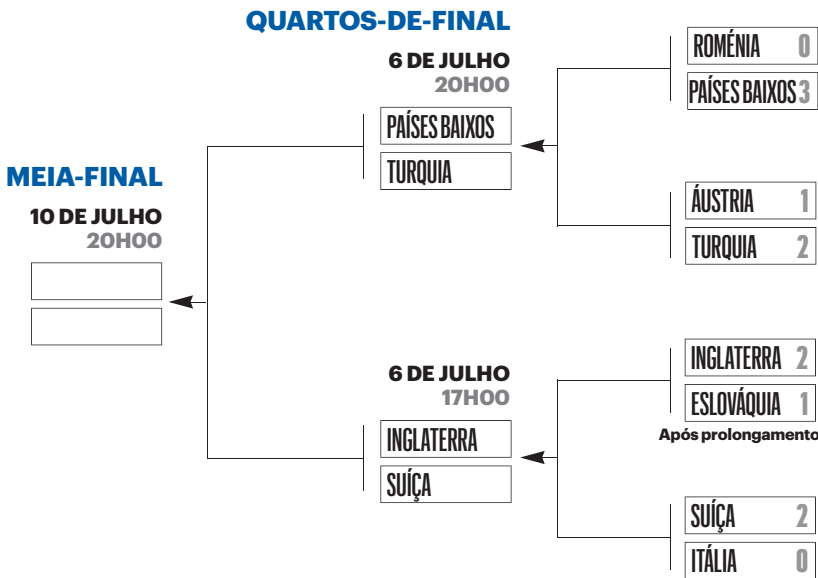
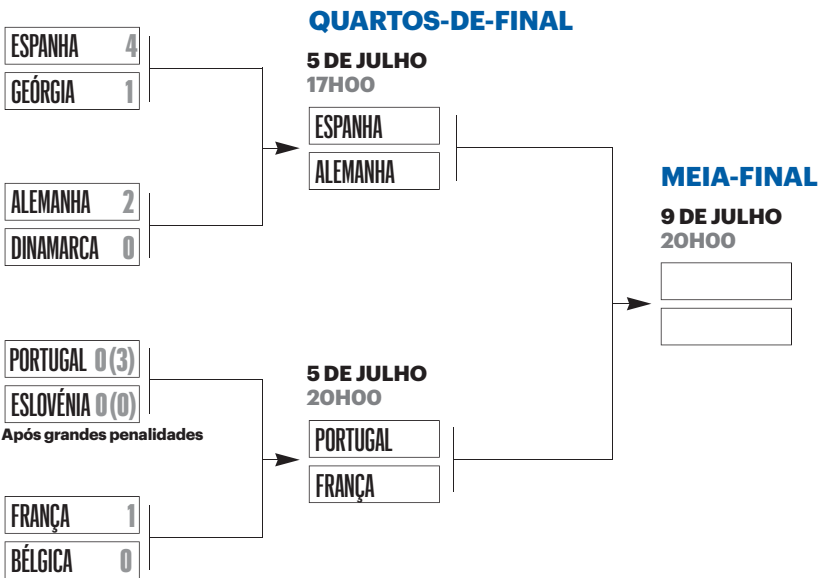
Já a Roménia despediu-se do Euro2024 igualando a sua melhor prestação de sempre num Europeu, atingindo os oitavos de final, tal como em 2020, numa prova onde somou uma vitória, um empate e duas derrotas, marcando quatro golos e sofrendo seis.

nuno.fernandes@dn.pt

CALENDÁRIO E CLASSIFICAÇÕES

TODOS OS JOGOS TÊM TRANSMISSÃO NA SPORTTV

OITAVOS-DE-FINAL





Klopp vê a Espanha favorita

“Vejo a Espanha capaz de ganhar o Euro2024. Mas a Alemanha é forte, a França será forte e a Inglaterra será melhor seguramente”, referiu Jürgen Klopp, o antigo treinador do

Liverpool que atualmente está sem clube, e que vai estar a torcer pelos germânicos no jogo da próxima sexta-feira com os espanhóis relativo aos quartos de final da prova.

Demiral dá asas à Turquia em jogo só com golos de canto

OITAVOS Ex-Sporting tornou-se no terceiro defesa a bisar num Europeu e colocou um ponto final na campanha da sensacional Áustria.

TEXTO **DAVID PEREIRA**

Passou discreto por Portugal, onde chegou em 2016 para jogar nos juniores do Alcanenense, e não foi além de um jogo pela equipa principal do Sporting, mas tem feito uma bela carreira, com passagens por Juventus e Atalanta. Atualmente joga nos sauditas do Al-Ahli Jeddah e até começou o Euro2024 como suplente, mas agarrou a titularidade no eixo defensivo da Turquia e ontem foi o herói improvável da sua seleção, ao bisar na vitória sobre a Áustria (2-1), nos oitavos de final.

Merih Demiral marcou só ontem, no espaço de uma hora, o mesmo número de golos que havia apontado ao longo dos últimos dois anos, tornando-se no terceiro defesa a bisar num Europeu (depois do húngaro Novak à Dinamarca em 1964 e do francês Domergue a Portugal em 1984).

Em Leipzig, de nada valeu aos austríacos Seiwald e Baumgartner jogarem no estádio do seu clube, curiosamente propriedade do grupo austríaco Red Bull. Quem teve asas foi mesmo Demiral, sobretudo no lance do segundo golo, quando saltou mais alto do

que toda a gente para cabecear para a baliza de Pentz, na sequência de um canto. De um canto também tinha nascido o golo inaugural e o mais rápido de sempre na fase a eliminar de um Campeonato da Europa, marcado com o pé, aos 57 segundos.

Com ligeiro favoritismo em relação à Turquia antes do início do jogo, em muito por ter vencido o grupo de França e de Países Baixos, pelo bom futebol praticado assente numa pressão alta e pelos

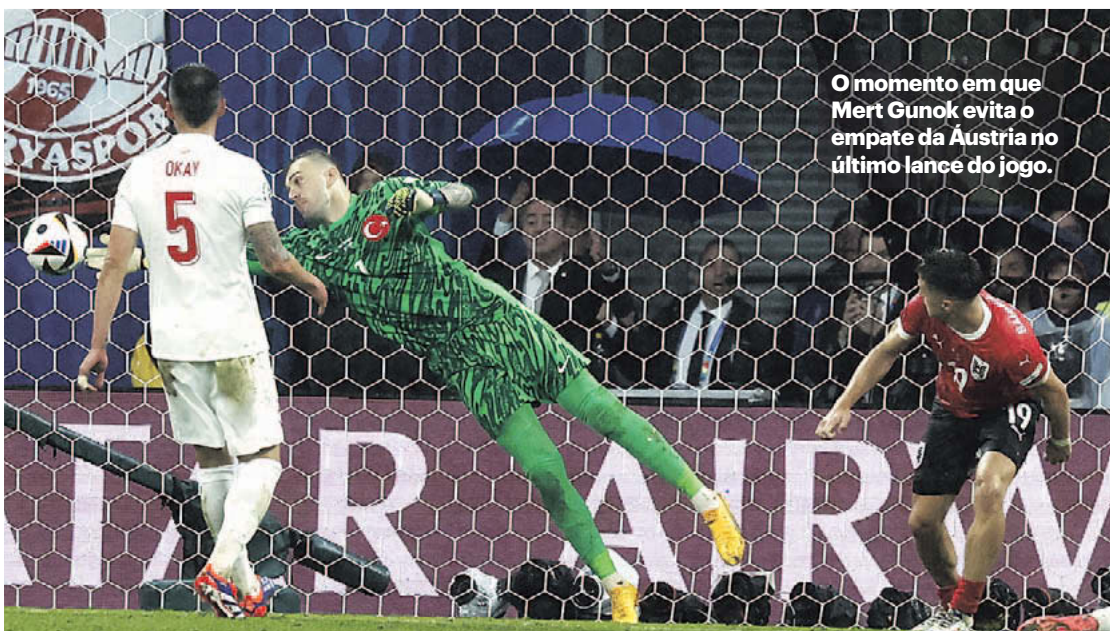
6-1 aplicados à seleção turca num jogo de preparação em março, a Áustria teve de se contentar com um golo de honra, por intermédio de Gregoritsch, curiosamente também na sequência de um canto. De nada valeram os 20 remates (contra os seis dos turcos), incluindo um cabeceamento de Baumgartner defendido miraculosamente por Mert Gunok nos derradeiros instantes, e os 59% de posse de bola.

O médio benfiquista Kokçu esteve em campo 83 minutos e viu um cartão amarelo (mostrado pelo árbitro português Artur Soares Dias) que o vai retirar da partida dos quartos de final, diante dos Países Baixos. Nesse encontro, porém, a seleção comandada por Vincenzo Montella já irá contar com a principal estrela, Calhanoglu, que falhou o encontro de ontem devido a castigo.

A Turquia já igualou a sua segunda melhor participação de sempre num Campeonato da Europa, em 2000, quando também chegou aos quartos-de-final, e vai agora procurar repetir o feito de 2008, quando atingiu as meias-finais.

david.pereira@dn.pt

Demiral marcou o golo mais rápido de sempre da fase a eliminar do Campeonato da Europa, aos 57 segundos. Kokçu, castigado, vai falhar quartos-de-final.



O momento em que Mert Gunok evita o empate da Áustria no último lance do jogo.



Pogacar vence etapa, Almeida oitavo

Tadej Pogacar (UAE Emirates) recuperou ontem a liderança da Volta a França, ao vencer isolado a quarta etapa, com o seu colega português João Almeida a ser oitavo. O vencedor das edições de 2020 e 2021 concluiu os 139,6 quilómetros entre Pinerolo (Itália) e Valloire em 03:46:38 horas. A 35 segundos

chegaram Remco Evenepoel (Soudal Quick-Step) e Juan Ayuso (UAE Emirates), respetivamente segundo e terceiro. Na geral, Pogacar tem 45 segundos de vantagem sobre Evenepoel e 50 sobre Vingegaard, que é terceiro, com o português João Almeida a subir ao oitavo lugar, a 01:32 minutos do camisola amarela.

Leandro Barreiro oficializado e Rocha adjunto de Schmidt

BENFICA Médio será uma das caras novas hoje no regresso ao trabalho. Javi García deixou equipa técnica de Roger Schmidt e foi substituído pelo antigo central.

TEXTO **NUNO FERNANDES**

O Benfica, que regressa hoje ao trabalho, confirmou ontem de forma oficial a contratação do médio Leandro Barreiro, que chegou do Mainz, da Alemanha, a custo zero. O médio internacional luxemburguês, de 24 anos, assinou contrato até 2029, e será hoje uma das caras novas no regresso ao trabalho.

Barreiro, que tem ascendência angolana, fez 151 jogos pelo Mainz e marcou 11 golos, tendo 56 internacionalizações pela seleção do Luxemburgo. “O meu pai é benfiquista e eu também comecei a ser benfiquista quando vi os primeiros jogos de futebol. Como tenho família em Portugal, o futebol e o Benfica tiveram sempre importância na minha vida”, disse numa entrevista à BTV.

“Estou muito feliz por estar aqui neste grande clube. Estou muito ansioso por dar o meu coração pelo Benfica e mostrar em todos os jogos e treinos a energia que tenho

para ajudar a equipa a ganhar jogos e títulos”, acrescentou.

O clube da Luz, entretanto, anunciou ontem uma alteração na equipa técnica. O ex-futebolista espanhol Javi García deixou o cargo para se dedicar “a fundo à sua formação profissional”, com Ricardo Rocha, antigo defesa central que foi campeão em 2004/05 a assumir as funções de adjunto do treinador Roger Schmidt.

“Foram duas épocas [2022 a 2024] muito exigentes, não só no clube... Estou a tirar a minha formação como treinador, tenho a minha família, e a decisão que tive de tomar foi a de que tenho de deixar de fazer parte do staff técnico do Benfica”, justificou Javi García.

Ricardo Rocha regressa ao clube ao serviço do qual jogou quatro temporadas e meia (de 2002/03 a janeiro de 2007), mas, agora, para “trabalhar como treinador adjunto no corpo técnico” liderado por Roger Schmidt.



Do Fundo do Coração: Teri Garr caminhando nos espaços dos estúdios Zoetrope.

Do Fundo do Coração. O cinema é uma arte utópica

CLÁSSICO Estreado em 1982, *Do Fundo do Coração*, de Francis Ford Coppola, está de regresso às salas de cinema numa esplendorosa cópia restaurada. Transfigurando a herança do musical, nele se reflecte a capacidade de invenção do seu realizador também como produtor.

TEXTO JOÃO LOPES

Assim se faz e refaz a história do cinema: de regresso às salas, *One From the Heart/Do Fundo do Coração*, de Francis Ford Coppola, é um daqueles filmes cujo génio se revela capaz de baralhar os tempos em que o vemos ou revemos. Rodado em 1981, a sua energia experimental não exclui, antes reforça, a singular nostalgia cinéfila que o faz mover — aconteceu em 1982, na altura da sua estreia; volta a acontecer agora, através de uma reposição em cópia restaurada.

Coppola é mesmo um criador que encara com naturalidade (não confundir com naturalismo) a possibilidade de um filme existir como um objecto ciclicamente à procura da sua forma ideal ou, pelo menos, através de uma organização narrativa sempre em aberto. Assim aconteceu, afinal, com *Apocalypse Now* que, em 1979, ganhou a Palma de Ouro de Cannes (ex-aequo com *O Tambor*, de Volker Schlöndorff), ainda apresentado como um “work in progress”. Seria reposto duas vezes:



Nastassja Kinski e Coppola durante a rodagem de *Do Fundo do Coração*.

primeiro com mais 49 minutos, *Apocalypse Now Redux* (2001); depois numa duração intermédia na qual se será a versão definitiva, *Apocalypse Now Final Cut* (2019), a preferida do realizador.

Deparamos agora algumas pequenas diferenças de montagem — a cópia do primeiro restauro de *Do Fundo do Coração*, lançada em 2003, durava 99 minutos, a nova

versão fica-se pelos 94. Em todo o caso, para lá dessas diferenças, Coppola terá também querido passar a “mensagem” de uma disponibilidade criativa que, neste momento, encontra a sua rima perfeita no assombroso e desconcertante filme que é *Megalopolis*, revelado em maio na competição oficial de Cannes (tendo ficado fora do palmarés). Num caso como noutro, o

cinema apresenta-se como uma arte utópica, sempre à procura de um futuro tecido de linguagens que mantêm os mais inusitados laços nostálgicos com o passado.

O projecto Zoetrope

Em 1982, o aparatoso falhanço comercial de *Do Fundo do Coração* talvez se possa resumir através de um problema que, em boa verdade, através das mais diversas configurações, pontua todas as épocas (a começar pelo período mudo) da história de Hollywood. A saber: fiel a um espírito genuinamente independente, Coppola apostou numa espectacular reconversão técnica e estética na produção do seu filme, ao mesmo tempo que se alheava das suas formas de promoção e difusão.

Notícias recentes permitem perceber que ele está a lidar de forma diferente com *Megalopolis*, filme de fabricação ainda “mais” independente, uma vez que foi o próprio Coppola a assumir a totalidade do seu orçamento (120 milhões de dólares). Agora, o acordo com a empre-

sa Lionsgate para a respectiva distribuição no mercado americano (EUA e Canadá) só foi concluído depois de Coppola aceitar custear as acções de *marketing* — a estreia está marcada para 27 de setembro (nas salas portuguesas surgirá, em princípio, no mês de outubro).

Na época da sua estreia, *Do Fundo do Coração* era um verdadeiro “ovni” industrial — a começar pela sua concepção financeira. Lembremos a chamada linguagem fria dos números: a produção do filme de Coppola resultou de um investimento de 26 milhões de dólares (liderado pela Columbia), enquanto o mítico fenómeno do mesmo ano de 1982 — *E.T., o Extraterrestre*, de Steven Spielberg — se fez com apenas 10,5 milhões. Consultando o *box office* americano, isto significa que o filme de Spielberg acumulou receitas equivalentes a 40 vezes o seu custo, enquanto *Do Fundo do Coração* “rendeu” 40 vezes menos do que o valor nele investido.

Coppola não estava apostado em fazer apenas um filme diferente das tendências espectaculares do momento, estranho aos valores de “entertainment” que estavam na moda. A sua ambição era mais cristalina e inequivocamente mais radical: ele queria criar um espaço de produção que possuísse a magnitude de um estúdio clássico de Hollywood, mas sem as suas limitações estruturais, e também os seus vícios administrativos.

Do Fundo do Coração surgiu, assim, como a produção mais ambiciosa da Zoetrope Studios, empresa fundada em 1969, em São Francisco, por Coppola e o seu amigo George Lucas, na origem com o nome de *American Zoetrope*. Na altura de *Do Fundo do Coração*, Lu-

cas já tinha sido bafejado pelo sucesso planetário da saga *Star Wars* (cujo primeiro título datava de 1977), além de estar envolvido na criação da personagem de Indiana Jones (*Os Salteadores da Arca Perdida*, sob a direcção de Spielberg, estreara-se em 1981).

A Zoetrope era mais, muito mais, do que uma “duplicação” dos estúdios clássicos de Hollywood (MGM, Warner, Columbia, etc.). Para Coppola, tratava-se mesmo de inventar um novo ambiente criativo, qualquer coisa como uma grandiosa oficina artesanal, integrando os seus profissionais contratados (actores, argumentistas, realizadores) a trabalhar num espaço diversificado cujos recursos de filmagem (também disponíveis para outros artistas) funcionariam como verdadeiros laboratórios experimentais. Era uma verdadeira “cidade do cinema” albergando salas com exposições regulares, uma biblioteca e restaurantes; Coppola pensava mesmo alugar o Pilot Light Theatre de Los Angeles, para ensaios durante o dia e espectáculos à noite.

Um artesanato clássico

A Zoetrope não desapareceu do mapa, tendo recuperado, em 1990, a designação de American Zoetrope. Aliás, as linhas simbólicas que podem ligar *Do Fundo do Coração* e *Megalopolis* começam por aí: o primeiro filme surge com chancela Zoetrope Studios, o segundo como uma produção da American Zoetrope, ambos remetendo para a mesma utopia cinéfila.

No património da Zoetrope Studios/American Zoetrope encontramos uma colecção invejável de “filmes de autor”, materializando um conceito de pluralidade criativa capaz de atravessar as mais diversas fronteiras culturais e geográficas. Eis alguns exemplos: *THX 1138* (1971), parábola de ficção científica e primeira longa-metragem de George Lucas; *Koyaanisqatsi* (1982), etapa inaugural da colaboração do realizador Godfrey Reggio com o compositor Philip Glass; *As Virgens Suicidas* (1999), com Coppola a produzir a estreia na realização de sua filha, Sofia Coppola. Isto sem esquecer as participações em produções “estrangeiras”, por vezes assumindo também a sua distribuição nas salas dos EUA, como Hitler: *Um Filme da Alemanha* (1977), de Hans-Jürgen Syberberg, *Salve-se quem Puder* (1980), de Jean-Luc Godard, ou *Kagemusha* (1980), de Akira Kurosawa.

Foi, aliás, com a marca da sua produtora que, depois do desastre comercial de *Do Fundo do Coração*, Coppola “renasceu” em 1983 com dois admiráveis filmes “juvenis” baseados em romances de S.E. Hinton: *Os Marginais* e *Rumble Fish*. Dito de outro modo: na sua espantosa versatilidade criativa, coleccionando sucessos ou desastres comerciais, Coppola é um legítimo herdeiro dos artesanatos clássicos de Hollywood.

O sonho elétrico de Coppola

REPOSIÇÃO Com *Do Fundo do Coração*, Francis Ford Coppola só queria experimentar o “cinema ao vivo” e prevenir a ruína financeira, mas a história que ficou para contar foi outra. De volta aos cinemas, em versão *Reprise*, o filme cantado por Tom Waits e Crystal Gayle fez de um delírio em Las Vegas a suprema fantasia romântica.

TEXTO INÊS N. LOURENÇO

O dia é 4 de Julho, Dia da Independência dos Estados Unidos. Ou o dia em que Frannie e Hank celebram o quinto aniversário da sua relação. Deveriam, pelo menos. Ela, funcionária de uma agência de viagens, quer ir de férias para Bora Bora, ele, mecânico, acha que a escritura da casa em obras onde estão a viver é o melhor presente. Entre levantar voo e reencontrar o teto do amor, os dois corpos, os dois comuns mortais que nos são apresentados (nas interpretações de Teri Garr e Frederic Forrest, actores também sem peso de estrelas), separam-se numa Las Vegas de estúdio, desviados por outras promessas de “par ideal”, que os resgatam da tristeza em dia de festa... Argumento simples, não é? Francis Ford Coppola pegou nele e deu azo à sua megalomania experimental, não contando com a recepção fria que teve. Mais de quatro décadas depois, e no próprio dia 4 de julho, *Do Fundo do Coração* (1982) regressa ao grande ecrã numa versão a que o realizador chamou de *Reprise*, convidando-nos a saborear melhor a vertigem das luzes de néon, antes da estreia de *Megalopolis*, assegurada pela Midas Filmes – a mesma distribuidora desta fabulosa cópia digital 4k de *One From the Heart*.

Primeiro grande acontecimento

cinéfilo do verão, a redescoberta de uma das peças fundamentais da carreira mitológica de Coppola acaba por sugerir uma ocasião solene. Estamos perante uma obra-prima rejeitada ao seu tempo, e que chega aos nossos dias com uma forte impressão de feitiço. Um abundante feitiço terno. Uma espécie de postal vivo que faz pulsar o Sonho Americano através da magia mais terrena: a dos amantes feitos em cacos, suscetíveis à cola musical de Tom Waits e Crystal Gayle, que lhes restitui o vaso amoroso ao longo de uma noite boa conselheira. O que representam Raul Julia e Nastassja Kinski, substitutos momentâneos dos respetivos pares, senão sinuosos conselhos noturnos?

O leitor estará naturalmente curioso sobre as alterações que justificam o subtítulo *Reprise*. Mas sem entrar em pormenores (que fazem parte do ajuste cirúrgico da experiência), a verdade é que, mantendo intacto o espírito de *Do Fundo do Coração*, a nova versão de Coppola passa sobretudo por um ligeiro gesto regenerador da dinâmica das primeiras cenas. De resto, a vitalidade radiosa do espectáculo e o murmúrio do melodrama que garante a fluidez das emoções continuam a ficar connosco, entre belíssimos planos-sequência, reflexos nos vidros, desenhos de néon e paredes falsas. Como

uma sensação, ou um vapor prolongado na memória sensorial.

Filme-laboratório

Realizado na sequência do projeto louco *Apocalypse Now* (1979), *Do Fundo do Coração* está para a obra de Francis Ford Coppola como *New York, New York* (1977) está para a de Martin Scorsese, ambos desejos de musical fora da sua época, a suceder aos grandes trabalhos de assinatura dos autores (no caso de Scorsese, *Taxi Driver*). E se é certo que Coppola se entusiasmou com a perspetiva de um novo projeto que lhe permitiria explorar a electricidade dos seus sonhos de cinema, também parece ter guardado do falhanço uma recordação doce, ou um conto moral não totalmente consumido pelo amargo da incompreensão alheia.

Coppola realizou *Do Fundo do Coração*, antes de mais, para se salvar do iminente rombo que supunha vir a ser causado por *Apocalypse Now*.

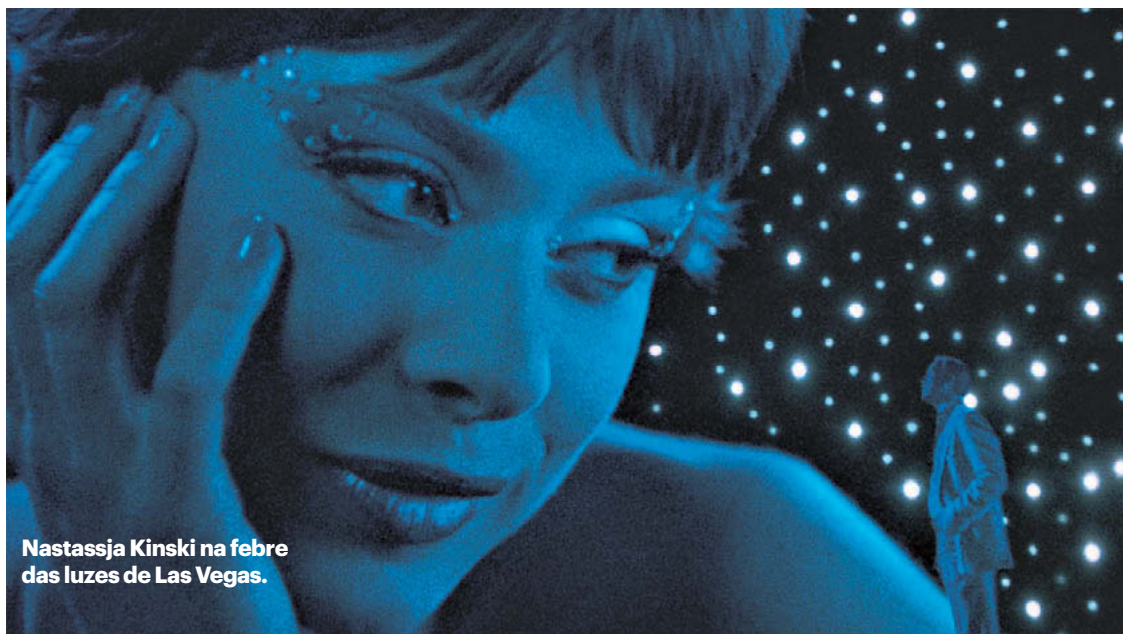
No livro *O Cinema ao Vivo e as Suas Técnicas*, de 2017, publicado entre nós pelas Edições 70 (tradução de Luís Lima e Alexandra João Martins), Coppola expõe pormenorizadamente o contexto em que nasceu a ideia de fazer *One From the Heart*. Na cabeça do realizador, uma comédia musical, género em desuso, que iria responder a um gosto popular e prevenir a hecatombe financeira que se presumia em relação ao anterior *Apocalypse Now*. Mas, mais do que isso, aqui estava a oportunidade das suas revolucionárias conceções tecnológicas.

Assim, *One From the Heart* começou por ser um filme-laboratório: “Os cenários estavam dispostos segundo a ordem de progressão das cenas, logo, os actores podiam passar de cena para cena, desempenhando o argumento ao vivo, com os sons a serem tocados ao vivo, com montagem final, efeitos especiais e efeitos sonoros a serem adicionados também ao vivo. Ou, pelo menos, julgava eu.”

Claro, a realidade impôs-se: “O que se seguiu foi um bom exemplo de que, quando um grupo de pessoas está a ouvir uma ideia nova, cada uma delas ouve algo diferente. Vittorio Storaro – para mim, sem dúvida, um dos maiores diretores de fotografia (...) – veio ter comigo e disse, com a sua encantadora pronúncia italiana: ‘Francis, porque temos de filmar com tantas câmaras? É tão difícil para mim iluminar. Se usássemos uma só câmara, podia ser muito mais rápido.’ Foi então que tomei a decisão: o único verdadeiro arrependimento da minha vida. Tinha comprado um estúdio (...) para concretizar o sonho de fazer Cinema ao Vivo, e porque Vittorio me importava tanto, e provavelmente também porque tinha medo do que estava a tentar fazer, cedi.”

Ironia das ironias: Coppola realizou *Do Fundo do Coração*, antes de mais, para se salvar do iminente rombo que supunha vir a ser causado por *Apocalypse Now*, mas foi precisamente esse maravilhoso ato preventivo que lhe ditou a ruína. Tinha comprado os Hollywood General Studios, que converteu em Zoetrope Studios, num ímpeto de proposta alternativa de cineasta independente, mas terá sido mais o barulho do ferro-velho do que a melodia visual dos gigantes olhos da gata Kinski que ficou a ressoar na sua aventureira mente criativa. Na história do cinema americano – qual máquina ou organismo vivo, conforme o ângulo de análise –, ele é um dos dignos “cineastas malditos”, marcado pelas cicatrizes de um modus operandi que põe a ambição desmesurada ao serviço de um avanço para o qual talvez ainda nem estejamos preparados. É o Erich von Stroheim ou o Orson Welles do seu tempo. Em 1982 como agora.

dnot@dn.pt



Nastassja Kinski na febre das luzes de Las Vegas.



Opinião
Ana Paula Laborinho

Uma questão de estilo

É muito conhecida e citada a carta do Padre António Vieira dirigida ao rei de Portugal que assim termina: ‘Perdoe-me Vossa Alteza a extensão desta carta, mas é que não tive tempo de fazer uma menor.’”

O Diário de Notícias entendeu (e bem) reduzir para 2700 caracteres os artigos de opinião dos seus cronistas. De facto (e penso nas minhas crónicas), por vezes estendemos os textos para além dos limites por falta de tempo para as tornarmos mais enxutas e, muito provavelmente, mais efícazes. Quando tudo acelerou, incluindo a capacidade de atravessar muitas linhas de texto, nada

como fixarmo-nos no objetivo “vamos ao que importa”, embora seja também necessário argumentar para não nos ficarmos no pecadilho tão abundante “acho que”, sem justificação, nem pensamento prospetivo.

A concisão que nos propõem poderia remontar aos tratados de eloquência e arte oratória de Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.), mas ganhou expressão a partir de meados do século passado com o conceito de Linguagem Clara (ou Linguagem Simples, na versão brasileira). Depois de décadas de recomendações aos serviços federais norte-americanos, o presidente Barack Obama

“
A Linguagem Clara consiste (tão só) em adotar um estilo de redação simples e eficiente que permita compreender com facilidade o que está escrito.”

assinou em 2010 uma orientação geral – *Plain Writing Act* – que determina a utilização de linguagem simples ou clara. E, afinal, o que é isto? Quantas vezes os cidadãos veem ameaçados os seus direitos por não compreenderem documentos oficiais – tão elaborados nos seus argumentos que obrigam a várias leituras e, ainda assim, muitas dúvidas.

A Linguagem Clara consiste (tão só) em adotar um estilo de redação simples e eficiente que permita compreender com facilidade o que está escrito. Trata-se de uma técnica que é (e deve ser) cada vez mais seguida nas Administrações Públicas de forma a

garantir o direito de os cidadãos a uma efetiva informação. Uma das áreas mais sensíveis é da Justiça e, por isso, em vários países vêm sendo desenvolvidos projetos de colaboração entre universidades e estruturas judiciais (com grande destaque para os tribunais) de forma a alcançar o direito de todas e todos a entender a informação jurídica.

Refiro, como exemplo, a Cátedra da Universidade de Barcelona de Comunicação Clara Aplicada às Administrações Públicas, que trabalha de forma articulada com os serviços públicos de várias regiões em Espanha.

Em Portugal, destaco o trabalho da Agência para a Modernização Administrativa – AMA, que disponibiliza recursos simples para alcançar esse objetivo de cidadania.

Contudo, estamos longe de uma consciência generalizada por parte dos responsáveis dos diversos setores da administração, sobretudo, os mais sensíveis, como a área da Justiça. Também para isto serve a cooperação, aprendendo e partilhando boas experiências.

Diretora em Portugal da Organização de Estados Ibero-Americanos

PUB

Volta ao Mundo

ASSINATURA ANUAL PAPEL+DIGITAL

39,90€ ~~60,00€~~

ASSINE JÁ

OU LIGUE PARA O
219249999

A ASSINATURA INCLUI A VERSÃO IMPRESSA E A VERSÃO DIGITAL. VALORES COM IVA INCLUIDO. CAMPANHA VÁLIDA PARA PORTUGAL ATÉ 31 DE JULHO DE 2024, NÃO ACUMULÁVEL COM OUTRAS EM VIGOR. VALOR DA ASSINATURA NÃO REEMBOLSÁVEL. PARA MAIS INFORMAÇÕES: ASSINATURAS.QUIOSQUEGM.PT | APOIOCLIENTE@NOTICIASDIRECT.PT | 219249999 (DIAS ÚTEIS DAS 8H00 ÀS 18H00 - CHAMADA PARA REDE FIXA NACIONAL).



FOTO: LEONEL DE CASTRO / GLOBAL IMAGENS

Isabel Domingues, diretora de Sustentabilidade da Riopele.

Riopele quer neutralidade carbónica no centenário

MOODS Empresa têxtil de Famalicão promove os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: na água, energia, materiais ou trabalhadores.

TEXTO ALEXANDRA LOPES

A empresa têxtil Riopele, com unidades em Pousada de Saramagos e Castelões, no Concelho de Famalicão, já consegue “reciclar” 50% da água que utiliza no processo produtivo. A redução dos consumos de água, a eficiência energética e o uso de fontes renováveis são aspetos em que a têxtil tem vindo a investir na área da sustentabilidade. Este trabalho, revela Isabel Domingues, diretora de Sustentabilidade da empresa, assenta em três pilares: processo, pessoas e produto.

“Nos últimos dois, três anos substituímos máquinas que consomem menos energia, mas que também utilizam menos água”, aponta a responsável pelo Desenvolvimento Sustentável. Ao nível do processo, destaca ainda os “projetos significativos” em curso que levam a que 50% da água utilizada seja tratada na empresa e reutilizada.

“Já reciclamos 50% da água do nosso processo produtivo, ou seja, que já não vamos buscar à natureza”, afirma.

Por outro lado, a Riopele tem reforçado as medidas de manutenção preventiva nas captações de água e identificação de eventuais fugas e perdas ao longo do circuito de alimentação de água, para evitar desperdício, e utilizado um sistema de sensorização e monitorização *online* que ajuda a gestão desde a captação ao abastecimento e à gestão das águas residuais. Há também uma aposta no reaproveitamento das águas pluviais.

A diretora de Sustentabilidade sublinha o trabalho que tem sido feito relativamente aos produtos químicos utilizados. “Temos uma série de referenciais para encontrar alternativas mais benéficas para ambiente e saúde. Os fornecedores também já estão sensíveis e sabem

A empresa assume a sustentabilidade como um dos seus pilares estratégicos. Não só no aproveitamento de água e energias renováveis, mas também apostando nas pessoas e em produtos sustentáveis.

que caminho vai ser este.”

Por outro lado, os resíduos produzidos são “sempre para ser reciclados, nunca vão para aterro”.

A empresa assume a sustentabilidade como um dos seus pilares estratégicos. Não só no aproveitamento de água e energias renováveis, mas também apostando nas pessoas e em produtos sustentáveis. O que, aliás, vai ao encontro dos propósitos emanados pela ONU com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que pretende ver atingidos em 2030.

Em 2022, a Riopele mediu a sua pegada de carbono e percebeu que no “âmbito um e dois”, isto é, no que podia fazer diretamente, já havia trabalho feito. “O que tem a ver com a cadeia de fornecimento, podemos influenciar, mas não agir diretamente”. A pegada foi reduzida e a expectativa é continuar. Até porque a meta é atingir a neutralidade carbónica em 2027, ano em que a

Diálogo de Sustentabilidade na Casa das Artes

O primeiro *Diálogo de Sustentabilidade* e pontapé de saída do MOODS está marcado para 5 de julho, no Café Concerto da Casa das Artes, em Famalicão. Às 14.30 será a apresentação do projeto *Sons do Bairro* (no jardim da Casa das Artes). Pelas 15.30 haverá um “diálogo” entre Jorge Moreira da Silva, subsecretário-geral da ONU e diretor-executivo da UNOPS, e Isabel Furtado, CEO do Grupo TMG. Pode inscrever-se para assistir ao vivo no site moods.jn.pt.

empresa comemora o centenário.

No ano passado, foi instalada uma caldeira de biomassa que permitiu reduzir o consumo de gás natural das unidades produtivas em quase 70%. “Não conseguimos na globalidade, porque temos máquinas no nosso processo de ultimate que utilizam gás natural. No nosso roteiro para descarbonização teremos de estudar uma energia alternativa para essas máquinas”, aponta a responsável.

A Riopele tem também uma central fotovoltaica a funcionar desde 2018, e instalou outra no edifício onde funcionam a fiação e a tecelagem, que deverá começar a trabalhar no próximo mês de agosto. “Há outros projetos em curso, mas que ainda não podem ser divulgados”, diz Isabel Domingues, notando que a aposta em novos materiais e matéria-prima reciclada é uma constante na empresa onde há sempre projetos de inovação, investigação e desenvolvimento em curso. O incentivo à partilha de carros para os funcionários se deslocarem para a empresa e a substituição da frota por veículos elétricos são aspetos que estão a ser trabalhados. Mas, as pessoas também são uma das bases da sustentabilidade da Riopele, sublinha a responsável.

A formação para que seja percebida a importância da sustentabilidade é uma das apostas, assim como a criação de grupos de trabalho, para que todos sejam ouvidos. A realização de sessões de bem-estar, um médico semanalmente e psicólogo são outros elementos destacados pela diretora de Sustentabilidade.

emprego

MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, torna-se público que se encontra em fase de receção de candidaturas, até ao 16 de julho de 2024, inclusive, o procedimento concursal comum a seguir identificado, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ao qual poderão candidatar-se trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, nos termos do disposto no n.º 3 e no n.º 4 do artigo 30.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), na sua atual redação:

- **Ref.º 06/PCC/2024 – 2 postos de trabalho de Técnico Superior – Comunicação Social e Relações Públicas – Código BEP: OE202406/0738.**

A formalização das candidaturas é realizada preferencialmente em suporte eletrónico, mediante o preenchimento de formulário de candidatura, disponível na página eletrónica da Câmara Municipal do Seixal, acessível em <https://servicosonline.cm-seixal.pt/>, no separador “Concursos e estágios” e no serviço “Procedimentos concursais em fase de receção de candidaturas”, o qual, bem como a documentação obrigatória que o deve acompanhar, referida na publicação integral, deverá ser validado e posteriormente submetido ou, em alternativa, através do preenchimento do ficheiro formulário de candidatura, de utilização obrigatória, também disponível nos serviços online em formato editável para impressão, o qual deverá ser remetido, bem como a documentação obrigatória, referida na publicação integral, por correio registado, com aviso de receção, expedido até ao termo do prazo acima fixado para a seguinte morada: Alameda dos Bombeiros Voluntários 45, 2844-001 Seixal ou ainda entregue pessoalmente no Edifício dos Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal, sito na mesma morada.

Quaisquer esclarecimentos serão prestados através do telefone 212 276 700.

O Presidente da Câmara Municipal
Paulo Alexandre da Conceição Silva

MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, torna-se público que se encontra em fase de receção de candidaturas, até ao dia 16 de julho de 2024, inclusive, o procedimento concursal comum a seguir identificado, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ao qual poderão candidatar-se trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, nos termos do disposto no n.º 3 e no n.º 4 do artigo 30.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), na sua atual redação:

- **Ref.º 07/PCC/2024 – 1 posto de trabalho de técnico superior – animação cultural – Código BEP: OE202406/0736.**

A formalização das candidaturas é realizada preferencialmente em suporte eletrónico, mediante o preenchimento de formulário de candidatura, disponível na página eletrónica da Câmara Municipal do Seixal, acessível em <https://servicosonline.cm-seixal.pt/>, no separador “Concursos e estágios” e no serviço “Procedimentos concursais em fase de receção de candidaturas”, o qual, bem como a documentação obrigatória que o deve acompanhar, referida na publicação integral, deverá ser validado e posteriormente submetido ou, em alternativa, através do preenchimento do ficheiro formulário de candidatura, de utilização obrigatória, também disponível nos serviços online em formato editável para impressão, o qual deverá ser remetido, bem como a documentação obrigatória, referida na publicação integral, por correio registado, com aviso de receção, expedido até ao termo do prazo acima fixado para a seguinte morada: Alameda dos Bombeiros Voluntários 45, 2844-001 Seixal ou ainda entregue pessoalmente no Edifício dos Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal, sito na mesma morada.

Aos eventuais interessados recomenda-se a consulta da publicação integral do procedimento concursal, disponibilizada na página eletrónica da Câmara Municipal do Seixal, acessível em <https://servicosonline.cm-seixal.pt/>, no separador “Concursos e estágios” e no serviço “Procedimentos concursais em fase de receção de candidaturas”.

Quaisquer esclarecimentos serão prestados através do telefone 212 276 700.

O Presidente da Câmara Municipal
Paulo Alexandre da Conceição Silva

Procure bons negócios
no sítio certo.

●

classificados.dn.pt
EM PAPEL E NO DIGITAL.

Diário de Notícias
O ESSENCIAL DA INFORMAÇÃO, TODOS OS DIAS EM BANCA

avisos, tribunais
e conservatórias

CARTÓRIO NOTARIAL DE MÊDA
Notária
SÍLVIA MARIA BASTIÃO PICONÊS
EXTRATO

Certifico que, por escritura de vinte de junho de dois mil e vinte e quatro, exarada a folhas 72 e seguintes, do livro de Notas para Escrituras Diversas número **VINTE E DOIS- A**, da Notária **SÍLVIA MARIA BASTIÃO PICONÊS**, com Cartório Notarial sito da Rua Dr. Fernando Alonso, número 10, R/C, Mêda, “**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MÊDA**”, Instituição Privada de Solidariedade Social, com o NIPC 501 233 296, com sede na Avenida Gago Coutinho e Sacadura Cabral, Mêda, na freguesia de Mêda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa, concelho da Mêda, na figura do seu representante, declarou-se dona e legítima possuidora do seguinte bem imóvel:

PRÉDIO URBANO, composto por edifício de Loja e 2 andares, com a área de noventa e sete virgula cinquenta metros quadrados, sito em Rua Luz Soriano, números 108, 110 e 112, na freguesia de Mercês, concelho de Lisboa, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Misericórdia, sob o artigo **1431**, que teve origem no artigo 329, da extinta freguesia de Santa Catarina e este por sua vez, teve origem no artigo 102, da freguesia de Mercês, com o valor patrimonial atual de €203.933,80 e **igual valor atribuído**, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lisboa, sob o número seiscientos e cinquenta e nove, da dita freguesia de Mercês, registado a favor de Alda Braga Medeiros Saraiva, casada sob o regime de comunhão geral de bens com Joaquim Manuel Nunes Saraiva, pela apresentação um de treze de abril de mil novecentos e trinta e quatro.

Que este bem foi adquirido pela Santa Casa da Misericórdia de Mêda, no ano de mil novecentos e setenta, por doação meramente verbal, feita por Alda Braga Medeiros Saraiva, viúva, com última residência conhecida em Rua Pascoal de Mello, L.L., 2.º andar, em Lisboa.

Que a sua representada possui este bem em nome próprio, convicta de que lhe pertence há mais de cinquenta anos e desde então é ininterruptamente, o ocupa, fazendo as obras de conservação necessárias, posse que sempre exerceu, com conhecimento e à vista de toda a gente, sem oposição de quem quer que seja, sendo, por isso, uma posse pacífica, contínua, pública e de boa-fé, pelo que o adquiriu por **usucapião**, não tendo, todavia, dado o modo de aquisição, documentos que lhe permitam fazer prova do seu direito de propriedade.

Mêda, 20 de junho de 2024

Comissão de Administração Conjunta da AUGI – Bairro dos Pedrógãos
NIPC 900425830

Comissão de Administração Conjunta da AUGI Bairro dos Pedrógãos
União de Freguesias de Ramada e Caneças
ATA NÚMERO 31 – EXTRATO

A Comissão de Administração Conjunta da AUGI Bairro dos Pedrógãos torna público que na Assembleia de Proprietários e Comproprietários realizada no dia 30 de julho de 2024, em 2.ª convocatória, às 10 horas, foi deliberado:

- Não aprovar as contas relativas ao ano de 2023, por existir dúvidas quanto aos montantes que transitaram para o ano de 2023, por não coincidirem os montantes existentes no ano de 2022.**
- Aprovar por unanimidade a adjudicação da obra à empresa Hábitos Prováveis.**
- Aprovar por maioria, com três votos contra dos lotes 4, 15 e 16, e sete votos de abstenção 5, 8, 17, 29, 39, 40 e 41, o mapa de participação à razão de €42 (quarenta e dois euros) sobre a área total de construção, cujo o pagamento deverá ser feito 25% daquele montante até ao dia 31/07/2024, e o remanescente, os 75%, a ser fracionado pelos 10 meses a se vencer no último dia de cada mês e com início no mês de agosto.**

Caneças, 1 de julho de 2024

O Presidente da Comissão de Administração
Custódio Gonçalves

Aviso (Extrato)

Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, E.P.E., informa que foi publicado: Aviso n.º 13463/2024 no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 126, de 2 de julho, o procedimento concursal (comum) para recrutamento de um profissional para a categoria de assistente graduado sénior Cirurgia Geral, área hospitalar.

Mais se informa que o período de candidatura é de 15 dias úteis, contados a partir da data da publicação em *Diário da República*.

diversos

CALL CENTER
800 241 241
CHAMADA GRATUITA

ANUNCIAR É FÁCIL

100% ÚTIL
Men's Health

MANTENHA-SE EM FORMA!

ASSINE A MEN'S HEALTH
PAPEL+DIGITAL
POR APENAS 43,20€
29,90 € / 12 EDIÇÕES

LIGUE 219249999

A ASSINATURA INCLUI A VERSÃO IMPRESSA E A VERSÃO DIGITAL. VALORES COM IVA INCLUIDO.
CAMPANHA VÁLIDA PARA PORTUGAL ATÉ 31 DE JULHO DE 2024, NÃO ACUMULÁVEL COM OUTRAS EM VIGOR.
VALOR DA ASSINATURA NÃO REEMBOLSÁVEL. PARA MAIS INFORMAÇÕES: ASSINATURAS.QUIOSQUEM.PT | APOIOCLIENTE@NOTICIASDIRECT.PT | 219249999 (DIAS ÚTEIS DAS 8H00 ÀS 18H00 - CHAMADA PARA A REDE FIXA NACIONAL).

menshealthportugal

@menshealthportugal

menshealth.pt



A cor “amarela icónica”, como é descrita pela Nissan, está de volta e o design continua a ser suficientemente diferenciador.



Os bancos, com o apoio de cabeça integrado, fornecem um apoio razoável e são confortáveis.



O sistema de infoentretenimento e o painel de instrumentos são novos.



Nissan Juke 1.0 DIG-T

Foi assim que começaram os SUV compactos

MOTORES Sem o Juke original, provavelmente não existiria o segmento que ficou conhecido como B-SUV. O sucesso do pequeno *crossover* lançado em 2011 pela Nissan foi tal que praticamente todas as marcas criaram um modelo para preencher o recém-criado espaço.

TEXTO **FERNANDO MARQUES**, MOTOR24

Ao contrário do original, que utilizava um *chassis* proprietário da Nissan, a segunda geração tira partido da integração no consórcio Renault-Nissan-Mitsubishi e recorre à plataforma CMF-B, que é também comum aos modelos Dacia Sandero, Renault Clio e Renault Captur.

O exterior, que já tinha perdido o aspeto de um “Micra insuflado”, praticamente não sofreu alterações. A cor “amarela icónica”, como é descrita pela Nissan, está de volta e o design continua a ser suficientemente diferenciador para não ser possível inseri-lo na categoria dos carros iguais a todos os outros. Além disso, é possível escolher entre três novas jantes de liga leve.

No interior o design também marca pela diferença, onde se destaca, na versão testada, a inserção no *tablier* em alcântara reciclada, juntamente com diversos aponta-

mentos como as costuras em amarelo. O espaço para guardar objetos foi aumentado e o porta-luvas oferece agora 6,6 litros de capacidade.

O que atrai quem procura um *crossover* é a posição elevada de condução que proporciona uma visibilidade mais ampla do que se passa na estrada. O Juke, como criador do conceito, explora bem esta característica e os potenciais compradores não irão ficar desapontados.

Os bancos, com o apoio de cabeça integrado, fornecem um apoio razoável e são confortáveis, apesar de não estarem ao nível dos do “irmão mais velho” Qashqai. A boa notícia é que têm instalados altifalantes que fazem parte do sistema de som Bose Personal Plus com dez colunas espalhadas pelo habitáculo. O sistema de infoentretenimento e o painel de instrumentos – que passou a ser digital – são novos e contam agora com um painel de 12,3 polegadas cada um, manten-

do, ainda assim, alguns controlos físicos, como do ar condicionado por debaixo do ecrã central. Tem suporte para Android Auto e Apple Carplay e funciona sem fios.

● O que atrai quem procura um *crossover* é a posição elevada de condução que proporciona uma visibilidade mais ampla do que se passa na estrada.

O acesso aos bancos da fila traseira é facilitado pela amplitude da abertura das portas e há lugar para acolher dois adultos com espaço suficiente para as pernas. A bagageira disponibiliza 422 litros na versão testada com motor somente a gasolina, mas reduz para 352L optando pelo Hybrid.

São duas as versões propostas pela Nissan para o mercado nacional: 1.0 DIG-T; 1,0 litro e motor térmico de três cilindros, turbo; 114cv e 180Nm (200Nm com função *over torque*); caixa manual de 6 velocidades ou automática (dupla embraiagem) com 7; 1.6 Hybrid; 1,6 litros e motor térmico de quatro cilindros (94cv e 148Nm); motor elétrico (49cv e 205Nm); 143cv (combinados); motor-gerador (15kW); bateria de 1,2kWh.

Em andamento, onde o Juke se sente completamente à vontade é no meio urbano: a sua agilidade, juntamente com a caixa automáti-

ca, ajuda a navegar entre o trânsito, e os seus 4,21m de comprimento facilitam o trabalho de encontrar um lugar de estacionamento. A suspensão, apesar de ser firme, proporciona um bom nível de conforto. Há algum ruído que passa para o habitáculo, pelo que merecia ter existido uma atenção especial por parte da Nissan neste aspeto.

As ajudas à condução são uma segurança adicional bem-vinda, mas algumas conseguem ser muito irritantes, como o sinal sonoro a avisar sempre que ultrapassa o limite de velocidade em determinada via. É possível desligar, mas a obrigatoriedade legal obriga a ativar-se sempre que se liga de novo o carro. Como forma de contornar isto, a Nissan permite criar um perfil onde se escolhem quais ajudas se querem desligar, bastando pressionar um botão no volante para ativar.

Nissan Juke Ice 1.0 DIG-T N-Sport 114cv: 34 906 euros

PREÇO 10 CENT

FUNDADORES: Eduardo Coelho

REDACÇÃO PRINCIPAL:

CHEFE DA REDACÇÃO E EDITOR

AMOR E DINHEIRO

UM CASAMENTO

que estava combinado

E SE DESFEZ

QUESTÃO LIQUIDADA A TIRO

José Marques, por alcunha o «Verga de aço», reside no lugar de Ribeira Fernando, concelho de Abrantes, e é casado com Maria Josefa, de 40 anos, de quem tem uma filha, Maria Josefa de Jesus, de 22 anos. Ora, a Maria de Jesus é solteira e tomou-se de amores com o trabalhador José Migas, viúvo, residente no próximo lugar de Concavada. Combinado o casamento, o pai da noiva cedeu uma casa em que o viúvo fez largas reparações, e tudo corria pelo melhor, na melhor harmonia possível, quando um belo dia a noiva resolveu dar o dito por não dito. Já não casaria com o Migas, porque a haviam informado de que ele era um doente, achado do peito, candidato á morte próxima pela implacável sentença de uma tuberculose pulmonar. Esta opinião até certo ponto sensata, da rapariga, ao que parece lida no teatro de Briex, exasperou o noivo. E vá de procurar o «Verga de aço» e exigir-lhe para ali o rico dinheirinho, que dispendera nas reparações do arruinado casebre, que ele pusera um brinco, como convinha ao futuro ninho dos seus amores. Nesta altura o «Verga de aço» portou-se como qualquer senhorio em cujo predio o inquilino tenha feito obras. Então, sem mulher e sem dinheiro, procurou na Ribeira Fernando a família que esteve para ser sua, e agrediu a tiros de revolver mãe e filha, quando ambas saíam de uma fazenda que possuem e se dirigiam para casa, ficando com grande pesar de não ter também atingido o José Marques, que na ocasião não se encontrava no lugar.

O agressor foi preso pelo regedor da freguesia de Alvega e conduzido por dois cabos para a cadeia de Abrantes. As feridas vieram para Lisboa e receberam no hospital de S. José, onde foram socorridas pelos cirurgiões de serviço srs. drs. Alberto Mac Bride, Lamas e Manuel de Vasconcelos. Uma delas está ferida no ventre, e a outra no tórax, ambas em gravidade.

365, 534

Telef. — 2446 e 5310

UMA PENDENCIA DE HONRA

O DUELO ALVARO DE CASTRO-RIBEIRO DA FONSECA
realizou-se ontem no campo do "tênis" do Parque das Necessidades

Depois de varios e violentos assaltos, o sr. dr. Alvaro de Castro recebeu um ligeiro ferimento e o sr. Ribeiro da Fonseca um outro mais grave que o obrigou, esta madrugada a recolher ao Hospital da Estrela



NO MEDALHÃO: A leitura da acta
Dois episodios do encontro

A pendencia Alvaro de Castro-Ribeiro da Fonseca teve o condão de despertar o maior interesse não só em Lisboa como no resto do país. Os leitores do «Diário de Notícias» conhecem os factos desde o início. Assistindo ao espectáculo no teatro de S. Luis, com sua esposa, o presidente do Ministério da Instrução viu chegar junto de si o capitão aviador sr. Ribeiro da Fonseca, que lhe entregou um cartão onde previamente havia traçado algumas linhas. Depois reuniram-se as testemunhas e a pendencia teve ontem o seu desfecho num duelo que se realizou no Parque das Necessidades, onde o sr. dr. Alvaro de Castro recebeu um ligeiro ferimento e o sr. Ribeiro da Fonseca um outro de maior gravidade.

As primeiras reuniões das testemunhas realizaram-se em diferentes locais, nada transpirando do que nelas se passava. O encontro fora marcado, para ontem e mais nada se sabia.

A noite passou-se no maior nervosismo para aqueles que tinham interesse ou curiosidade em assistir ao duelo e, assim, todos, a porta, procuravam saber o sitio onde o encontro se realizaria. Automoveis e «side-cars» andaram numa roda viva a partir da 1 hora da madrugada. O nosso «reporter», contudo, estava vigilante, e era testemunha de uma demorada conferencia que os srs. Afonso Cerqueira, dr. Sabido, da Costa, Alfredo Silva e Sebastião Teles tinham junto a estação do Rossio.



Os encantos da terra portuguesa não residem somente na suavidade do seu... grandiosidade dos seus monu... das suas paisa... beleza palpi...



Portugal perde capitães de Abril Franco Charais e Rui Guimarães

ÓBITOS Charais colaborou na redação do programa do MFA e deu instruções para a libertação dos presos políticos do Forte de Caxias. Guimarães esteve nas reuniões preparatórias do movimento.

TEXTO **DAVID PEREIRA**

Morreram ontem dois capitães de Abril, Manuel Franco Charais e Rui Guimarães, aos 93 e 80 anos, respetivamente.

Tenente-general do Exército já reformado, Manuel Ribeiro Franco Charais nasceu no Porto, em Cedofeita, a 24 de fevereiro de 1931, foi um nome maior da Revolução dos Cravos.

Militar de Abril, Franco Charais colaborou na redação do programa do Movimento das Forças Armadas, base ideológica da revolução e, entre 1974 e 1982, integrou a Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas (MFA), Conselho de Estado, Conselho de Revolução e comandou a Região Militar do Centro.

Dois dias depois da revolução, na madrugada de 27 de abril de 1974, foi Franco Charais quem deu instruções para a libertação de todos os presos políticos do Forte de Caxias, um dos momentos decisivos para o sucesso da Revolução de Abril.

Crítico do Estado Novo, aderiu ao Movimento das Forças Armadas, fruto de um sentimento de profunda insatisfação com a situação política e social de um país cujas leis “serviam um senhor e o seu séquito” e a “maioria da população viva com inaceitáveis”, contou em 2017, em entrevista à revista ‘O Referencial’, da Associação 25 de Abril,

Desempenhou missões militares em Portugal Continental, Açores, Madeira, Angola e Moçambique durante treze anos e foi comandante dos Bombeiros Voluntários do Funchal.

Marcou também presença em missões, parte delas tendo em vista contactos com imigrantes portugueses, na Roménia, União Soviética, Estados Unidos da América, Canadá, Países Baixos, Luxemburgo e Alemanha.



Franco Charais (à esquerda), e Rui Guimarães, este último fotografado já este ano durante a condecoração, em Belém, por Marcelo Rebelo de Sousa, com o grau de Grande-Oficial da Ordem da Liberdade.

Foi condecorado com a Grã-cruz da Ordem da Liberdade, Medalha de Ouro de Serviços Distintos com Palma e Grau de Cavaleiro da Ordem de Aviz. Foi também agraciado com a medalha de Mérito Militar de Espanha e medalhas comemorativas das campanhas em África.

Durante 14 anos desenvolveu um projeto de cooperação técnica com Angola, Moçambique, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.

Pintor autodidata, dedicava-se atualmente por inteiro às artes plásticas, tendo participado, conjuntamente com a sua mulher, em exposições por várias cidades portuguesas e também em Espanha, Alemanha, Áustria e França.

É o autor de mais de mil obras de arte e foi convidado de honra no primeiro concurso de pintura Angoulême, em França.

O presidente da Associação 25 de Abril, Vasco Lourenço, expressou ontem o seu pesar pela morte do tenente-general, “um dos prin-

cipais artífices do 25 de Abril de 1974” e um dos seus principais dirigentes na consolidação democrática, “na comissão coordenadora, no Comando da Região Militar do Centro, no Conselho de Estado, no Conselho dos Vinte ou no Conselho da Revolução, onde se manteria até à sua extinção, em outubro de 1982”.

Por outro lado, o PCP recordou o papel decisivo de Franco Charais na libertação dos presos do forte de Caxias “ignorando as ordens do General Spínola” e pela colaboração na redação do programa do Movimento das Forças Armadas e os diferentes cargos públicos que foi ocupando ao longo da sua vida.

Já Rui Rolando Xavier de Castro Guimarães, que nasceu em Guimarães e morreu no Hospital de Braga, vítima de doença prolongada, participou na Guerra Colonial, tendo cumprido três comissões em Angola e na Guiné.

Em 25 de abril de 1974, era capitão no Regimento de Infantaria n.º

8 de Braga, onde fora eleito representante dos militares da Região Militar do Norte nas reuniões preparatórias no MFA. Chegou, entretanto, a coronel.

Era membro da Comissão Promotora de Homenagem aos Democratas do Distrito de Braga e da Associação 25 de Abril.

Em nota publicada no Facebook, esta associação lembra que, “após a madrugada libertadora, Rui Guimarães manteve-se um Capitão de Abril de corpo inteiro, nunca abdicando de se envolver a fundo nas ações que permitiram ao MFA cumprir todas as promessas e compromissos assumidos, assim consolidando um Estado democrático e de Direito em Portugal”.

“Ficam mais pobres os seus familiares, os seus amigos, os seus camaradas capitães de Abril, mas também fica mais pobre Portugal, ao ver partir outro dos seus melhores”, refere a nota, assinada por Vasco Lourenço.

david.pereira@dn.pt

BREVES

Filho de Marcelo ouvido na CPI do caso das gémeas

O filho do Presidente da República, Nuno Rebelo de Sousa, é ouvido hoje, às 14.00, por videoconferência, na comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre o caso das gémeas luso-brasileiras tratadas com Zonlgensma em 2020, no Hospital de Santa Maria. O filho de Marcelo Rebelo de Sousa, na altura dos factos do alegado favorecimento no acesso ao medicamento milionário, era presidente da Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo. Segundo carta dos advogados de Nuno Rebelo de Sousa, citada pela RTP, o filho do chefe de Estado, já informou que “vai usar do seu direito ao silêncio, e que vai fazê-lo na íntegra”. Apesar disso, a CPI considera esta audição “útil”. Também hoje será votada a audição de Augusto Santos Silva, MNE à altura dos factos, e Francisca Van Dunem, então ministra da Justiça.

Sentença de Trump adiada para setembro

O juiz Juan Merchan, que presidiu o julgamento de Donald Trump pelo caso de pagamentos ocultos a uma ex-atriz de filmes de adultos, adiou ontem a sentença do caso para 18 de setembro, na sequência da decisão do Supremo Tribunal Federal que concede ampla imunidade ao ex-presidente. A sentença de Trump, que seria anunciada a 11 de julho, foi adiada para “18 de setembro de 2024, às 10h [locais]” se “ainda for necessária”, adverte o juiz em carta dirigida à defesa do provável candidato republicano nas eleições presidenciais de novembro. O magistrado respondeu a uma carta da promotora de Manhattan, que pouco antes havia anunciado sua disposição de “adiar” o anúncio da pena a Trump.



Conselho de Administração - Marco Belo Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Manuel Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, José Pedro Soeiro e Mafalda Campos Forte **Direção interina** Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** António Santos **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão, 195-219 - 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º - 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascensão **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa**: Páginas Civilizadas, Lda. - 41,51%, KNJ Global Holdings Limited - 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro - 20,40%, Grandes Notícias, Lda. - 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena - 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) - Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registo na ERC com o n.º 101326 **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias úteis das 8h às 18h E-mail: apoiocliente@dn.pt



56685

5 605290 023002